

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA E A EXPERIÊNCIA COLETIVA
DO CRIME: O CASO DA OCUPAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO**

RAQUEL LIMA DE MEDEIROS

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

JORNALISMO

**A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA MÍDIA E A EXPERIÊNCIA COLETIVA
DO CRIME: O CASO DA OCUPAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO**

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para obtenção do
diploma de Comunicação Social/ Jornalismo.

RAQUEL LIMA DE MEDEIROS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz

RIO DE JANEIRO

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “**A representação da violência na mídia e a experiência coletiva do crime: o caso da ocupação do Complexo do Alemão**”, elaborada por Raquel Lima de Medeiros.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Paulo César Castro
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Mário Feijó
Doutor em Letras pela PUC - Rio
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2011

MEDEIROS, Raquel Lima. **A representação da violência na mídia e a experiência coletiva do crime: o caso da ocupação do Complexo do Alemão**. Orientador: Paulo Vaz. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho expõe como a criminalidade nas grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, tem sido objeto de barganha política, além de legitimar estigmas da população pobre perante a classe média. Aliada a esta, a mídia atua de maneira peculiar na representação da violência urbana criando novas demandas de punibilidade e de recrudescimento penal. O sentimento de vulnerabilidade e medo da vitimização verificado de forma espetacular na classe média, passa a fundamentar narrativas maniqueístas, em que o criminoso não se sujeita mais às mesmas garantias do cidadão de bem. Ademais, a favela aparece como a principal fonte das mazelas urbanas, haja vista ter se tornado sinônimo de território sitiado pelo tráfico de drogas. Este, por sua vez, carrega com privilégio a carga de valores do crime e se torna o símbolo do inimigo – o traficante. Deste modo, procura-se evidenciar a *institucionalização da experiência coletiva do crime*, percebida no caso do Rio de Janeiro pela guerra ao terror do tráfico de drogas. Para exemplificá-la, a pesquisa se atém às construções discursivas de textos jornalísticos relativos à ocupação do Complexo de Favelas do Alemão, publicados em “O Globo” de 22 a 29 de novembro de 2010.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	CRIME E MÍDIA: POR UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA	5
2.1	A perspectiva sociológica da violência urbana	5
2.2	A mediação da experiência do crime e seu efeito sobre a sociedade	8
2.3	Espetacularização da violência e a vitimização virtual.....	12
2.4	Estigmatização da favela como gênese da criminalidade	16
3	AS CONSEQUÊNCIAS DO MEDO DO CRIME.....	21
3.1	O conceito de sofrimento evitável como pauta da segurança pública	21
3.2	Movimento lei e ordem nos meios de comunicação.....	24
3.3	Direito penal para quem?	26
4	A COBERTURA JORNALÍSTICA DA RETOMADA DO COMPLEXO DE FAVELAS DO ALEMÃO PELO ESTADO.....	30
4.1	O inimigo público mora ao lado (do asfalto): o medo e a <i>onda de violência</i>	31
4.2	A inadequação do conceito de guerra civil nas reportagens e as tropas aliadas: sociedade civil, mídia, polícia e forças armadas.....	35
4.3	A hora da paz. E agora? (A pergunta que não quer calar)	48
5	CONCLUSÃO.....	52
6	BIBLIOGRAFIA	

1 - INTRODUÇÃO

O tema da violência urbana tem adquirido cada vez mais relevância na atualidade, precisamente no que tange aos seus efeitos sobre o imaginário da sociedade. As respostas sociais ao crime e ao criminoso têm se modificado ao longo das últimas décadas conforme se atesta o aumento da criminalidade e de acordo com a preponderância de certos tipos de delito nas grandes cidades. Isso porque, o próprio termo violência urbana é usado corriqueiramente para designar um complexo de ações e condutas violentas caracterizadas pelo domínio da força por agentes desviantes. Assim, o cidadão passou a remodelar seu hábito baseado na crença de que é estritamente necessária e exigível a adoção de um código de autodefesa para evitar que seja mais uma vítima dessa violência generalizada. Nesse sentido, um dos efeitos que este trabalho objetiva identificar é a disseminação do sentimento de medo e insegurança entre a população, e como isto têm legitimado a reivindicação de um Estado mais punitivo capaz de melhor tutelar os interesses de seus membros.

No primeiro capítulo deste trabalho, procura-se introduzir a discussão sociológica referente ao termo violência urbana e à sua institucionalização, consubstanciada pela mudança na qualidade das relações e práticas sociais cotidianas, chamada *sociabilidade violenta* pelo sociólogo Luis Antônio Machado da Silva, cuja obra nos orientará neste momento inicial. Em seguida, procuraremos problematizar a importância dos meios de comunicação na construção das percepções acerca da violência, ou melhor, na experiência coletiva do crime. Sobre esta última, utilizaremos o estudo do professor inglês David Garland, que indica a institucionalização dessa experiência ao analisar as sociedades americana e inglesa. Assim, nossa análise dialogará com as conclusões deste autor, mas adaptadas à realidade brasileira. Focaremos na relevância da representação de atos violentos nos jornais, já que esta é uma das principais, senão a única, fontes de contato da população com o crime, feita a ressalva quanto à vítima real. Isto porque, a realidade mediada é capaz de criar e exacerbar nos telespectadores, ouvintes e leitores, emoções que podem confundir a razão humana quando se trata de responder às ações criminosas, mormente quando as pessoas cobram do Estado medidas repressoras excepcionais e, ainda, desproporcionais, para um caso que provoque o tão badalado clamor público. Assim, afirma-se que a comoção e a indignação gerada na audiência se devem, em parte, à seletividade e à espetacularização dos fatos delituosos noticiados. Aqui, é interessante falar do conceito de *vitimização virtual*, que será devidamente abordado neste capítulo, baseado nos apontamentos da

pesquisa do professor Paulo Vaz, que o explora com perfeição. À guisa de introdução, basta dizer que a vítima virtual pode se referir a todas as pessoas que encarnam os sentimentos exteriorizados pela vítima real de um crime, e mergulham na aflição da possibilidade e da probabilidade de figurarem futuramente naquela posição. Em outras palavras, o cidadão experimenta a sensação de vítima em potencial quando ouve ou lê o relato daquele que foi de fato vitimizado. Ora, em uma cidade como o Rio de Janeiro, à qual esta pesquisa procurará se ater, qualquer indivíduo inocente pode ser atingido por uma bala perdida ou pode ter seu carro roubado em uma rua movimentada, pois o caráter aleatório e difuso da violência urbana é o que lhe atribui maior valor.

Ademais, tomaremos por base a questão da favela e do tráfico de drogas, por se tratarem de objetos de relevância imprescindível na discussão da violência urbana, principalmente em grandes metrópoles como o Rio de Janeiro. Com isso, o objetivo é problematizar o tratamento social e midiático dado à população favelada e à relação do crime com um espaço físico determinado – a favela. No mesmo sentido, o leitor perceberá a crítica construída em torno da prática de demonização do traficante de drogas, que restringe a interpretação das mazelas urbanas à atuação maior ou menos destes, ao subsumir todos os demais crimes à esfera de autoridade do tráfico.

Num segundo momento deste trabalho, procura-se entender como o sentimento de vulnerabilidade e medo da vitimização verificado de forma espetacular na classe média, fundamenta narrativas maniqueístas na mídia, em que o criminoso não se sujeita mais às mesmas garantias do cidadão de bem. Deste modo, tentaremos provar que a criminalidade nas grandes cidades tem funcionado como fator articulador de interesses privados e políticos, na medida em que a insegurança serve a argumentos reivindicatórios da população pelo recrudescimento da lei e pela efetivação da ordem, assim como funda políticas públicas excludentes e inconstitucionais. Nesse sentido, a ideia do *sofrimento evitável* terá essencial aplicação na organização das teses que procurarão demonstrar a *institucionalização* da experiência coletiva do crime. Isto porque, a população de vítimas virtuais busca atribuir um nexo de causalidade entre falha do Estado e ocorrência de crime, entre enfraquecimento do aparelho punitivo e preventivo e a desordem, e daí por diante. Ou seja, segundo esta lógica, o criminoso só atua porque o Estado o permite. Todo sofrimento, portanto, carrega o simbolismo do vocábulo condicional *se*. Se a polícia fosse mais qualificada, o tiro acertaria o bandido e não o homem inocente. Se as penas fossem mais rígidas, os criminosos se intimidariam e evitariam cometer delitos. O culpado pelo distúrbio é sempre um

fator ou agente externo, passível de identificação pontual pelo senso comum. Ora, o cidadão de bem que age com diligência e reorganiza sua rotina para evitar ser *mais uma vítima*, não se conforma quando seu tutor – o Estado – não cumpre sua obrigação. O problema deste pensamento, como tentaremos expor, é desconsiderar a complexidade que abrange as condutas criminosas, como determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos. A violência oportunista, que se aproveita de brechas das autoridades, é apenas uma das facetas da violência urbana e geralmente representa seu último nível. Ela não teria existência própria, não seria capaz de se autoexplicar, uma vez que é etapa subsidiária do procedimento amplo que implica na proliferação da criminalidade.

No último capítulo, utilizaremos os dados obtidos com a pesquisa qualitativa feita sobre as construções discursivas de textos jornalísticos relativos à ocupação do Complexo de Favelas do Alemão, publicados no jornal “O Globo”, de 22 a 29 de novembro de 2010. A coleta das reportagens se deu em três dias de pesquisa na Biblioteca Nacional e, embora não tenha sido possível empregar a atenção devida sobre todas as informações veiculadas, dado o número excessivo das mesmas e a indisponibilidade de tempo, nos atemos àquelas que parecem servir da melhor forma ao objetivo do estudo. A intenção precípua é exemplificar a *institucionalização da experiência coletiva do crime*, consubstanciada pela guerra ao terror do tráfico de drogas, além de dar suporte prático às especulações propostas no trabalho.

Embora a pesquisa seja restrita a um dado acontecimento e, por limitação de tempo, não será possível estender a análise a outros eventos semelhantes ou ao menos compará-la com outras fontes, acreditamos na sua viabilidade para alcançar um bom nível de fundamentação no trabalho como um todo. Nesse aspecto, espera-se encontrar nas matérias coletadas, uma aplicabilidade harmônica dos conceitos teóricos norteadores deste estudo, quais sejam: o medo do crime, o risco e o sofrimento evitável, a vitimização vicária, a sociabilidade violenta, a *executivização* do sistema penal pelos meios de comunicação, dentre outros. Ainda se pretende evidenciar o rumo perigoso que a sociedade busca dar às soluções penais ao resgatar para a pauta pública o movimento lei e ordem, principalmente através dos discursos de vítimas veiculados na mídia. Ao mesmo tempo, mostraremos como esta atua como organizadora do processo penal informal instaurado sobre os criminosos (já que o Estado não é capaz de punir devidamente).

Outro aspecto relevante para a pesquisa sobre a retomada do território de favelas do Complexo do Alemão pelo governo é traçar a imagem da polícia, do criminoso (traficante) e do

cidadão comum. Aqui, o elemento diferenciador será a inclinação para o cometimento de crime, isto é, o favorecimento da desordem. Ora, a polícia pode flutuar entre duas posições, seja a do criminoso ou a do cidadão de bem, à medida que contribuiu ou não para a ocorrência de atos violentos de acordo com sua qualificação e/ou com a participação em corrupção. Já ao criminoso se atribuiu condição imutável e absoluta de inimigo, subversivo, irrecuperável. O homem prudente, por sua vez, também tem seu lugar garantido – aquele que respeita a ordem e pode ser vítima – e dificilmente será admitido como flutuante, ou seja, como potencial criminoso se consideradas determinadas circunstâncias. Isto porque, como veremos, o perfil genérico criado para o bandido jamais será compatível, aos olhos da classe média, com um cidadão de bem. E para reforçar esta tese, mostraremos que a figura do traficante agrega com exclusividade a carga de valores do crime e se torna o símbolo do inimigo da nação.

A intenção é identificar na narrativa dos acontecimentos, no discurso dos jornalistas e nos depoimentos dos leitores e das autoridades, indícios que comprovem a tese da institucionalização do sentimento de insegurança e seu poder de barganha política. Nesse sentido, e como já foi mencionado, o individualismo também deve caracterizar a fala desses sujeitos, na medida em que a insatisfação expressada diante do caos na cidade passará, a priori, por dilemas pessoais, dissimulando-se, posteriormente, no pleito coletivo por segurança. Aliado a isto, encontra-se o interesse político na gestão através da criminalidade. Assim, frisaremos o conteúdo ideológico presente nas operações policiais em favelas, no tocante ao exibicionismo da segurança pública e ao populismo penal, característicos do Estado-espetáculo.

Por fim, cabe dizer que a metodologia se baseará no entrelaçamento de obras de autores de diferentes áreas, visto que a temática tratada é por si só abrangente. Isto porque, o objetivo particular deste trabalho, com a devida modéstia, é dar tratamento interdisciplinar à problemática da criminalidade e da representação da violência, a fim de alcançar o mínimo de peculiaridade em seu conteúdo. Deste modo, não se assuste o leitor ao se deparar com conceitos do Direito e da Criminologia aplicados de forma conjunta com teorias da comunicação, ou com estudos sociológicos sobre a criminalidade e sobre a favela. A expectativa é, a partir desse híbrido de informações, aplicadas de forma analítica às reportagens pesquisadas no caso da invasão do Alemão, estimular novas perspectivas de abordagem do tema e, principalmente, novas soluções ao desafio que ele nos impõe.

2 - CRIME E MÍDIA: POR UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Violência urbana. Quantos significados e representações vêm à nossa mente cada vez que ouvimos alguém pronunciar esta expressão? A discussão sobre a problemática do convívio social no cenário excludente e economicamente selvagem das metrópoles desemboca no uso frequente desse termo. A urgência em se encontrar soluções para frear o aumento da criminalidade tem determinado de forma contundente os discursos dos agentes sociais, como políticos, meios de comunicação, cidadãos comuns, pesquisadores e “especialistas”. Alguns estudos sociológicos referentes à violência apontam para a sua institucionalização, evidenciada pela mudança na qualidade das relações e práticas sociais cotidianas. Nesse sentido, a importância dos meios de comunicação é fundamental na construção de representações de crimes, uma vez que atuam como principais propagadores dos acontecimentos urbanos e de suas conseqüentes reflexões sociais. Obviamente, não se excluem as percepções individuais acerca da violência, mas o que se nota é uma articulação essencial da mídia na formação de uma percepção coletiva e unívoca sobre o fenômeno. Daí falarmos em uma institucionalização da experiência coletiva do crime, de maneira a se constatar comportamentos e respostas sociais específicas à questão do crime, da vítima, do criminoso e das penas.

No caso do Brasil, cujas principais cidades são caracterizadas pela favelização e pelo tráfico de drogas, a representação da violência urbana passa, invariavelmente, pelas significações atribuídas a esses elementos. A partir disso, instaura-se uma ditadura do medo, calcada no sentimento de vulnerabilidade da população frente aos perigos da cidade, que moldam as relações entre indivíduos e entre estes e o Poder Público.

2.1 A perspectiva sociológica da violência urbana

A expressão violência urbana, cujo uso tem funcionado como um coringa em diversas situações do cotidiano e servido aos mais variados discursos, tem sua relevância reforçada na atualidade, dado o complexo de significações que desencadeia. De acordo com Luis Antônio Machado da Silva, “como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais” (MACHADO DA SILVA, 2004: 56).

O autor aponta para uma transformação da qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns. Deste modo, a violência urbana, enquanto uma categoria determinante das interações no espaço da cidade, implica em alterar condutas humanas de acordo com níveis de instabilidade e insegurança constatados em determinados momentos e locais. Aqui, não há, pois, o sentido genérico de ameaça de toda sorte de violência, mas somente daquelas que se enquadram nessa construção simbólica capaz de institucionalizar comportamentos e alterar rotinas. Estas seriam regidas por regras oficiais, logo, quando há esta ruptura, não se pode mais invocar a supremacia da ordem formal.

O instituto da violência urbana impõe e justifica novos padrões a práticas sociais, que encontram na universalização da força sua necessidade imediata. Para os moradores de favelas dominadas pela violência do tráfico de drogas, por exemplo, comportamentos subsidiados pela ordem estatal nem sempre lhe garantirão proteção diante de certas situações determinadas pela violência que lhes cerca no dia-a-dia. Há de se suprir esta lacuna com meios especialmente compatíveis com este padrão informal de sociabilidade determinado pela subordinação pela força. A autonomia das condutas dos favelados se legitimaria na sua instrumentalidade para garantir a sobrevivência. Isso não implica, necessariamente, em negar a sociabilidade formal, mas apenas em declarar sua insuficiência diante de cenários dominados pela violência urbana.

Neste contexto, a organização privada da violência não é bem compreendida pela lógica desviante, pois não se constitui em um movimento politicamente organizado que busca enfrentamentos com a ordem formal a partir de valores compartilhados. Assim, não se configuraria um conflito propriamente dito, já que a perda do monopólio da força pelo Estado para grupos informais não deve ser confundida com sua crise de legitimidade, mas como um problema político adicional e paralelo (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007).

Como ponto de partida para entender o complexo organizador dessa nova ordem social, este autor propõe um questionamento à interpretação dominante sobre a criminalidade, cuja premissa se baseia no descumprimento das normas estatais pelos agentes criminosos. Ou seja, parte-se do desvio da conduta em relação à ordem normativa para se explicar a própria conduta. Ele sugere, então, uma nova análise, ao inserir o conceito de sociabilidade violenta, a qual se erige a partir das práticas relacionadas à representação da violência urbana que se articulam através de demonstrações factuais de força e não por intermédio de referência de valores compartilhados. Ou seja, aqui, Machado da Silva critica a análise dos desvios sociais baseada

sempre na perspectiva da ordem racional pré-estabelecida, sem individualizar comportamentos e condutas. Essa apreensão do crime a partir da ruptura com o paradigma normativo não é capaz de dar conta de todas as suas especificidades.

Neste sentido, questiona-se o fato de as ações sociais serem entendidas apenas sob a ótica do institucional, em contraponto à ordem vigente, como se a formação da vontade do agente social obedecesse a critérios rigorosos e intimamente ligados à função/disfunção do sistema. Para Machado da Silva, esta interpretação dominante peca pela dissolução da orientação pessoal e individualizada do agente criminoso, que age para satisfazer seus próprios interesses, em puro e simples desvio da ordem. Segundo a visão criticada, este seria o determinante da criminalidade e, portanto, a causa primeira desta. Da mesma forma, de acordo com a crença predominante, as estratégias para combater o crime se confundem com recrudescimento de normas e de políticas de segurança pública, o que inviabiliza a compreensão dos verdadeiros elementos da criminalidade. Isso ocorre porque as ações do Estado seguem fórmulas apropriadas à correção de sua ordem interna, mas que não geram efeitos em ordens de natureza diversa. Estes meros ajustes ou manutenções do aparato estatal de repressão não dialoga diretamente com o problema da violência. Seu destino é prover consolos ao cidadão atemorizado.

Sobre tal discussão, entendemos que a análise da violência urbana começa por destacá-la da ordem interna da sociabilidade formal instituída, como propõe o autor. Isto porque, a principal especificidade da representação desta violência é a fragmentação da vida cotidiana, que repousa no limite de dois padrões de sociabilidade. Há, portanto, uma ordem formal e uma ordem informal, mas autônoma, constituída a partir das práticas que buscam sua validade, necessidade e legitimação no crime comum violento, e que não consistem em eliminar ou se confrontar com aquela. Em outras palavras, é mais adequado se falar na existência de uma nova ordem (pautada em práticas violentas) do que se apreendê-la como uma *desordem*, isto é, como a negação de uma respectiva ordem – a estatal.

A relevância desta análise se justifica na medida em que a má compreensão da violência urbana implica, em última instância, em um entendimento errôneo sobre as formas de lidar com ela. A falsa interpretação da ação resulta em uma reação ineficaz, inócua. Faz-se referência à crença difusa de que um fortalecimento da ordem interna eliminaria os problemas relacionados à criminalidade urbana violenta. A título ilustrativo, cabe citar uma noção muito enraizada no senso comum: se o Estado fosse mais forte e desse melhores condições de salário e trabalho aos seus

policiais, eles não seriam corruptos e não se envolveriam com traficantes, e estes seriam combatidos de fato. Ora, fatalmente as mazelas do aparelho repressivo se refletiriam no aumento da violência urbana, o que não pode ser aceito acriticamente.

Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. (MACHADO DA SILVA, 2004: 58)

2.2 A mediação da experiência do crime e seu efeito sobre a sociedade

A cotidianidade de noticiários criminais e sua preponderância sobre outras temáticas são o resultado de uma cadeia de fatores sociais e econômicos que propiciaram aos meios de comunicação uma ingerência política no sistema penal capitalista. Em que pese a fórmula genérica desta afirmação inicial, é importante anotar a relevância dos grandes grupos de comunicação na criação e legitimação de criminologias “informais” a partir da seleção e construção de notícias sobre crimes.

Essa função híbrida observada nas empresas jornalísticas, que agrega intentos privados com uma espécie de serviço público criminológico (que o penalista Nilo Batista chamará de *executivização*, do que se falará mais adiante), desenvolveu-se a partir de uma conjuntura histórica e geográfica favorável ao surgimento do que o sociólogo inglês David Garland entende como *Complexo do Crime*.

A priori, vale destacar alguns aspectos que “prepararam” as sociedades para uma experiência neoliberalista do crime, na qual a mídia exerce papel fundamental. Não se pretende invocá-la nos moldes de uma Teoria da Conspiração, mas analisar como ela influenciou e consagrou uma nova percepção acerca da criminalidade.

Primeiramente, é essencial fazer referência às mutações sociais e espaciais que favoreceram o crescimento das taxas de criminalidade e modificaram a experiência da classe média com o crime, haja vista as especificidades de nossa urbanização.

No contexto das grandes cidades brasileiras, pode-se dizer que com a expansão das favelas e o crescimento urbano desenfreado, um sendo característica do outro, as classes economicamente favorecidas se viram cada vez mais próximas do risco de vitimização. Tal

processo se verifica a partir da exclusão sócio-espacial das favelas e de sua territorialização pelo tráfico de drogas, que remonta à década de 80, e dá origem à criminalização destes espaços. No entanto, o comércio ilegal de drogas teve seu início em áreas de classe média, quando ainda não se configurava um movimento armado organizado. A repressão dessa atividade ilícita pelo Estado nas áreas nobres contribuiu para deslocá-la para locais em que a presença do poder público fosse mais porosa, como nos aglomerados de pobreza. Assim, defendeu-se a criação de políticas de segurança pública mais duras, cujos alvos foram as populações pobres e de maioria negra, respaldada pelo discurso de combate ao tráfico de drogas (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO apud SANTANA, 2010).

Isto porque, com a territorialização do tráfico, a violência urbana e o vandalismo naturalizaram-se na pobreza, e apesar da segregação, ela dividia a cidade partida com a riqueza, o que representava uma ameaça potencializada. Ora, de acordo com esta concepção, enquanto era possível segregar pobres em zonas afastadas das classes mais ricas, a sensação de proteção e imunidade à criminalidade era mais expressiva para estas últimas.

Segundo Garland (2008), ao analisar a evolução da experiência do crime nos EUA e na Grã-Bretanha, à medida que as ocorrências de crimes se tornavam mais frequentes (a partir da década de 60), alcançando amplamente a classe média, esta foi invadida pelo sentimento de medo diário e não mais ocasional. A abstração da insegurança passou a determinar o cotidiano de um grupo social que se via como principal vítima da violência dos centros urbanos e da ingerência das classes desordeiras e subeducadas, às quais eram atribuídos os principais crimes. Ao mesmo tempo, encarou-se o Estado como uma estrutura falha e deficiente, incapaz de assegurar a proteção da classe média e de conter os avanços da marginalidade. Deste modo, o problema da violência ganhou destaque nacional na medida em que a possibilidade de vitimização se tornava cada vez mais evidente pela experiência rotineira dos crimes.

Semelhante avanço do medo entre determinados grupos sociais pode ser identificado no contexto brasileiro, com proporções específicas e condicionantes particulares, vale ressaltar. O crescimento das taxas de criminalidade coincidiu com o aumento do poder aquisitivo da classe média e as possibilidades de consumo, em contraste com a concentração de renda e arrocho salarial das camadas mais pobres, características inquestionáveis de governos conservadores da década de 80 e 90, sem falar dos antecedentes ditatoriais. Contudo, não se podem reduzir os precedentes sociais que possibilitaram o aumento da criminalidade e da sensação de insegurança

a esta visão genérica e limitada.

Garland expõe alguns pontos fundamentais sobre a evolução da experiência do crime nas sociedades analisadas a partir da influência dos meios de comunicação de massa. Assim, impossível não enxergar as similitudes com a situação brasileira, quando este autor fala das entrevistas televisionadas, que ao contrário das audiências restritas ao Congresso, tensionava contrapor o sistema ao sofrimento das vítimas atingidas pelas políticas deste. Basta lembrarmos aqui de inúmeras ocasiões em que os meios de comunicação assumiram papel de porta-voz da vítima de algum crime ou alguma injustiça, a fim de pressionar políticos e autoridades a tomarem certas “providências” efetivas frente à falha do Estado, que teria o dever de evitar tais situações de sofrimento. (GARLAND, 2008: 337)

É importante registrar que a massificação da audiência de programas e noticiários sobre violência foi possibilitada pela relevância que a criminalidade vinha ganhando na esfera pública. Assim, não é por acaso que o aumento das taxas de crimes suscitou a comercialização da violência, tanto pela ficção quanto pela realidade, esta traduzida nos jornais. Aqui, sem esforço, pode-se dizer que a representação feita pela mídia dos fatos criminosos servia mais à catarse que ao dever de informar, dado o teor dramático que a revestia. A conhecida estrutura sensacionalista da notícia não é mera retórica crítica à mídia de massa, mas uma referência que ainda hoje a identifica, embora adaptada ao novo contexto social.

Nas palavras de Garland, “a cobertura seletiva da mídia de histórias de crimes e seus dramas criminais inverossímeis tendem a distorcer a percepção pública do problema” (GARLAND, 2008: 338). Isto porque, a mediação nos proporciona acesso apenas a fragmentos de verdade, na medida em que “escapam” ou são omitidos certos fatos. Destarte, reforçam o sentimento de indignação e propiciam uma espécie de comunhão emocional na audiência perante o discurso de vitimização em detrimento do discurso técnico dos responsáveis pelo sistema.

Vive-se uma experiência nova compartilhada pelos indivíduos e meios de comunicação acerca da vulnerabilidade de todos frente ao crime. Toda hipótese solucionadora do problema que não se legitime no pólo da vitimização é esvaziada de sentido e valores, enquanto estes só podem ser vivenciados no sofrimento e na sensação constante de risco. Daí a noção de *institucionalização* da experiência coletiva do crime, reforçada, mas não exclusivamente propiciada, pelo mass media (GARLAND, 2008: 338).

Seria demasiado irresponsável atribuir exclusivamente à mídia o papel de disseminadora

da paranóia da insegurança na sociedade contemporânea. Por outro lado, na medida em que esta sofreu transformações inerentes à sua história, modificações de espaço-tempo, culturais, sócio-econômicas e psicológicas, o crime assumiu relevância, não por um esforço exclusivo da mídia, externo e independente, mas por condicionantes intrínsecas à essa evolução da qual os meios de comunicação também fazem parte.

A formação cultural em torno da crescente criminalidade agora confere à experiência do crime uma forma institucional. Garland chama de “complexo do crime” esta formação cultural caracterizada por certas atitudes e crenças quanto ao crime. Assim, o discurso dos meios de comunicação assumiu o papel de articulador e propagador dessa institucionalização (GARLAND, 2008: 346).

Observa-se a necessidade de personificar o risco, atribuir-lhe padrões e mapeá-lo, para então atender ao interesse da população por segurança. Ora, é preciso ter “a quem temer” mais do que “a que temer”, para assim se atender às exigências de proteção baseadas na segregação de pessoas e evitação de espaços onde elas estariam presentes.

O senso comum acerca da violência e criminalidade sedimentou-se sobre a lógica do *fato social permanente* (e mais, crescente), haja vista a noção transmitida pela mídia das práticas reiteradas dessa natureza e dos debates políticos e apolíticos sobre o tema, de modo que pesquisas oficiais e estudos comprometidos com a redução dos índices de violência (sob a perspectiva do criminoso) não conseguem atrair a atenção e confiança do público-vítima.

Mudar a concepção psicológica de uma coletividade sobre o crime, haja vista a complexa rede de fatores e poderes que a formou e transformou ao longo de uma experiência de décadas, só será possível mediante um processo inverso que se utilize dos mesmos meios. Estes transcendem dados oficiais sobre redução das taxas de criminalidade ou discursos otimistas e progressistas quanto à segurança pública. Eles podem ser reais, mas perderam legitimidade devido à atual experiência coletiva do crime. Já as práticas culturais, representadas principalmente pelos meios de comunicação, expõem uma dimensão até mesmo fictícia do problema, mas têm presunção de legitimidade e veracidade.

Tal movimento reverso demandaria uma desinstitucionalização das práticas de vitimização e do sentimento de medo, o que só seria possível por meio de uma ruptura histórica de práticas e valores da sociedade pós-moderna. Vale fazer alusão ao pensamento de Bauman, felizmente considerado por Garland em seu texto, no que tange a esta ‘sociedade de estranhos’

(BAUMAN apud GARLAND, 2008: 348) da pós-modernidade, que deu causa a certas práticas de controle do crime. Estas se caracterizariam pela ansiedade em determinar identidades, obedecendo a critérios dualistas de classificação dos indivíduos.

Isto porque, é consideravelmente mais fácil estabelecer limites entre dois pólos radicalmente opostos, pautando o controle e a ordem no senso de pertencimento a um ou outro pólo, do que abranger todas as complexidades e vicissitudes da coletividade. Este modo particular de lidar com alteridades tende a abolir as irregularidades sem interpretá-las, ou melhor, sem contextualizá-las. A título de exemplificação, tal estratégia possibilitou a emergência de regimes autoritários no século passado, alimentando sempre a ameaça causada pelo indivíduo desvirtuado.

Além disso, o controle sócio-penal exercido pela imprensa e legitimado na insegurança tende a separar a “criminologia da vítima” da “criminologia do criminoso”, colocando tais conceitos em conflito ao sugerir uma impossibilidade prática de coexistência. Ora, a opção por um deles seria necessariamente a supressão do outro. É o que parece pregar o pragmatismo e imediatismo populista da mídia ao cobrar soluções penais.

O efeito mais devastador da experiência mediada do crime são as crenças no punitivismo consolidadas a partir de uma realidade construída e controlada pelo poder seletivo da mídia, que pautam até criação de leis penais. Não que seja um absurdo batizar leis com nomes de vítimas que se tornaram mártires para a audiência, mas não é prudente reduzir o monopólio punitivo do Estado – hoje enfraquecido, é bem verdade – à leviandade das coberturas jornalísticas de certos crimes.

2.3 Espetacularização da violência e a vitimização virtual

Há ingredientes que não podem faltar em uma notícia para que ela seja viável e rentável para os meios de comunicação. Quando se decide pela cobertura integral de um crime é porque o mesmo ocorreu em um contexto que gera extraordinário apelo emocional no público, seja pela crueldade do assassino, pela idade ou condição social da vítima, ou pelos motivos e circunstâncias do delito. É ingênuo crer que a mídia o faz exclusivamente pela relevância para o interesse público, até porque, não custa frisar, ela busca a satisfação de intentos particulares dos donos das empresas que a sustentam.

Afora considerações de cunho estritamente mercadológico da espetacularização da violência, há de se abarcar as vicissitudes sociais e culturais do fenômeno. Assim, a “Sociedade

do espetáculo” de Guy Debord (1997) tem aplicações muito úteis a essa reflexão, inclusive no que diz respeito ao entendimento da violência urbana enquanto fato social. Deste modo, as imagens do crime e os discursos que lhe conferem sentido, carregam e põem em evidência um conjunto de relações sociais cristalizadas, que se tornam possíveis pela mediação. Funciona como uma retroalimentação, supomos. O espetáculo dá vida a certas práticas sociais e estas se refletem no mesmo, e se legitimam a partir da apreensão dos sentidos peculiar à pós-modernidade.

A experiência da violência pela contemplação é um dado observável hodiernamente. Ao mesmo tempo, a confusão entre sofrimento tátil e mediado, demonstra a dificuldade de analisar a consciência coletiva do crime a partir de dados objetivos, concretos. Basta lembrar que estatísticas sobre índices de criminalidade já não podem, sozinhas, definir padrões de conduta do indivíduo. Por mais que as pesquisas sigam o máximo grau de fidedignidade, a grande maioria da sociedade se pautará por aquilo que chega até sua visão, pelo que tem acesso, seja de forma direta ou mediada. A acessabilidade do olhar se confunde com presunção de veracidade. Então, se o que vejo contradiz os números, logo, são eles irreais e, portanto, desconfiáveis. Se todos os dias os jornais veiculam uma reportagem sobre latrocínio, como hei de acreditar na estatística que evidencia diminuição dos roubos seguidos de morte? Seria lutar contra a lógica. Mas aí reside o perigo. A sociedade do espetáculo tende a ver o real como virtual e vice-versa.

Neste contexto, o conceito de vítima virtual nos serve à reflexão das características dessa sociedade moldada por experiências culturais, sociais e políticas mediadas, dentre as quais se inclui sua relação com a criminalidade. Aqui, objetiva-se entender como um grupo social passou a se definir a partir da violência e como esta se torna um fundamento de relações coletivas. Na verdade, as referências qualitativas a determinadas sociedades ou a certas cidades passaram a se pautar nas taxas de criminalidade. Ao lado da cultura, da educação, da religião, etc, a criminalidade agora qualifica sociedades. Não é à toa que um indivíduo que vive num contexto de violência tende a se enquadrar na vitimização virtual, à medida que a qualquer tempo poderá ser vitimizado. Entretanto, não basta residir num lugar violento de fato. A violência deve ser anunciada, compartilhada, comprovada, experimentada por todos: pela vítima real e pelas outras, virtuais. Aqui, entra em cena o papel da comunicação, como um dos pressupostos para a configuração deste fenômeno. Ela agrega e dá sentido a sentimentos difusos na audiência a partir da aproximação com a vítima real. Sobre esse aspecto, é providencial o ensinamento de Muniz Sodré (2002) sobre uma teoria da comunicação que abarca as relações coletivas e a mídia,

sobretudo porque ressalta que ela coloca “identidades previamente estabelecidas em contato”, a partir do qual emerge o aspecto cognitivo, isto é, como lidamos e refletimos a partir disso.

A aleatoriedade dos fatos criminosos e a reiteração deles evidenciada pela mídia são requisitos fundamentais para a configuração da vítima vicária. Assim, como ensina Vaz (2005), os crimes sem vítimas específicas, isto é, os “crimes de oportunidade”, que podem ocorrer em qualquer circunstância e contra qualquer um, são os mais apropriados para difundir a insegurança e o medo da vitimização. Deste modo, todos os cidadãos temem um traficante, mas provavelmente não temerão um homem que matou a mulher por ciúmes. O traficante é figura recorrente nos noticiários, símbolo da violência urbana, que em princípio não tem vítimas determinadas. Já o criminoso passional se volta contra pessoa certa e dificilmente aparece na mídia. Logo, acredita-se que é mais raro. A título de figuração, este seria o inimigo particular enquanto aquele seria o inimigo público, genérico.

Ora, na figura do próprio repórter aflora o comportamento da vítima virtual. Pode-se dizer que o profissionalismo às vezes é afrouxado por vontade da própria emissora para gerar um grau máximo de identificação da audiência, ou seja, não só com a vítima real, mas também com o jornalista, na medida em que este representa todo o resto da população que poderia ter sido vitimizado.

Um fato interessante abordado por Garland (2008) é a migração do discurso civilizado e sensível às carências do criminoso antes adotado pela classe média, para o extremismo da fala indignada e irascível dirigida ao mesmo. Do mesmo modo, Vaz assevera que a “alteridade do risco se sobrepõe à da pobreza” (VAZ, 2005: 100) ao sugerir uma contemporânea impossibilidade da classe média sustentar o sentimento de piedade para com o criminoso. Ora, como ela pode se atribuir culpa pela situação de desigualdade social e pobreza se a ideia de vítima virtual é mais evidente, compartilhada cotidianamente no atual contexto social?

Se há dois pólos já consagrados e incomunicáveis, o do criminoso e o da vítima, como exigir da audiência que ela não se veja vitimizada e abstraia essa dicotomia, de modo a pensar no criminoso como possível e provável vítima social e nela, por sua vez, como coautora da criminalidade? De acordo com Vaz, “ser vítima virtual não implica nenhuma responsabilidade pelo sofrimento do outro” (VAZ, 2005: 100). Para transpor isso, deveria se admitir uma flexibilidade dessas identidades, o que demandaria o esvaziamento maniqueísta do discurso midiático, tal como organizador lógico da relação vítima-agressor.

Ademais, o discurso oficial, das autoridades governamentais, também é focado nessa polarização através da hierarquização de direitos: os da vítima são mais importantes que o do acusado. A dignidade humana do ofendido se sobrepõe à do ofensor. Para alguns esse argumento é perfeitamente lógico e racional, o que não podemos admitir. Ao se cometer um ilícito penal, é certo que o indivíduo sofrerá a restrição de alguns direitos próprios aos cidadãos livres. Se condenado, perderá o direito à liberdade, por exemplo. Contudo, isso não significa que a pena possa atingir qualquer esfera de garantia do sujeito, obviamente. E muito menos que o indivíduo acusado ou condenado mereça menos proteção do Estado que aquele inocente.

Entretanto, pode-se notar um fortalecimento de políticas e práticas sociais que tendem a embasar certas medidas retaliadoras na intensidade do desvio da conduta criminosa, ou seja, quanto mais cruel o criminoso, mais justificável seria a atuação ilícita do Estado e da sociedade contra ele. Ocorre, aqui, uma informalização punitiva por parte do próprio aparato estatal, que parece afrouxar as garantias fundamentais dos criminosos perante a pressão popular, além de amparar implicitamente o senso comum de justiça que, na maioria das vezes, significa ferir direitos indisponíveis do sujeito.

Essa tendência se deve em grande parte à valorização do sofrimento das vítimas de crimes enquanto estratégia de ação do Estado para reparar e evitar danos. Assim, o aparato punitivo não trabalha com foco no ofensor, como deveria ser ao se focar uma ressocialização, mas atua para vingar o ofendido real e todos os outros ofendidos em potencial. Em outras palavras, o movimento crescente de vitimização virtual tem moldado os debates sobre segurança, seja na esfera pública ou privada. O discurso de resposta do Estado, a cada crime com poder de mobilização, é voltado para satisfazer a vítima e, em consequência, transmite a ideia de que o criminoso não terá “privilégios”. Evidentemente é um discurso afetivo, estritamente demagógico dos agentes públicos.

Aparentemente há uma esquizofrenia no propósito ordenador do Estado. Ora, a vítima atingida não terá o seu bem jurídico atingido de volta se o criminoso for mais severamente punido. Logo, não deveria ser ela a determinadora dessa política criminal mais dura. Outrossim, o criminoso deveria assumir o centro dessas análises, pois a pena não pode reparar danos das vítimas, mas em tese foi feita para reparar quem cometeu a conduta criminosa. Aqui, é importante lembrar que a pena não é instituto para servir à vingança privada, mas para manter a coesão e pacificação social. “Pacificar” o criminoso, para que ele não cometa outros crimes e não

faça novas vítimas. Evidenciar o poder de polícia do Estado e reafirmar a imperatividade do direito, pois não poderíamos viver sem o direito penal, embora seja possível viver sem a pena de prisão, ressalvados alguns casos mais graves.

Esta reflexão é apenas para comprovar a confusão teórica e prática dos objetivos punitivos do Estado. A criminalidade não vai diminuir necessariamente a partir de um enrijecimento da pena, pois que este serve mais às paixões das vítimas que a razão dos propósitos mais democráticos e humanos do direito penal. Isto porque, a maioria dos indivíduos comete crimes não porque são naturalmente perigosos e maus, mas devido a certas circunstâncias sociais e paixões não controladas. Assim, pode-se dizer que a pena na pós-modernidade serve mais a interesses privados, que vislumbram maior facilidade na neutralização de criminosos, em sua maioria, pobre.

Mas, retornando à análise da vítima virtual, pode-se dizer que ela seria a grande bandeira desses interesses privados de que acabamos de falar. Nesse sentido, e parafraseando Benedict Anderson, há a formação de uma comunidade imaginada de vítimas, reais e virtuais, em que uma jamais conhecerá todas as outras, mas se imaginam ligadas pelo laço do sofrimento causado pela violência. É a partir dessa noção que se estruturam os debates sobre segurança pública e sobre que se pautam os defensores do movimento lei e ordem, como os políticos amadores de programas sensacionalistas. Ou seja, os órgãos públicos devem atender à demanda desta comunidade de vítimas, a partir da qual os agentes criminosos são duplamente marginalizados. Primeiramente porque em sua maioria são pobres e excluídos dos serviços básicos de um Estado Social e, secundariamente, porque são marginalizados até quando se trata de política criminal, para os quais esta deveria se voltar. Exclui-se o criminoso da análise penal para figurar a vítima com seus interesses privados, comprometidos em racionalidade pelo sofrimento. O Estado, como ente supremo e equidistante de cada um dos seus membros, não deveria ceder a ingerências desta natureza.

2.4 Estigmatização da favela como gênese da criminalidade

O enfraquecimento das instituições públicas, aliada ao crescimento da violência urbana, favorece o cenário de segregação espacial nas grandes cidades. A elite se afasta dos “focos” violentos, notadamente as favelas e áreas carentes, e encasulam-se em espaços privativos

supervigiados, como os condomínios. É a emergência da classe média blindada. Aqui, não se faz referência somente ao afastamento físico desses espaços, mas principalmente a uma exclusão ideológica, por meio de um discurso discriminatório que procura neutralizar as favelas, ao reduzir sua importância ativa no curso político e sócio-econômico das cidades. Ou seja, a favela acaba por receber, arbitrariamente, um papel passivo nas relações com o poder público e com os demais atores sociais, na medida em que as “soluções” são pautadas, na maioria das vezes, em interesses do asfalto, que somente acidentalmente englobam interesses específicos dos favelados.

A tensão da convivência entre asfalto e morros ocupados se deve em parte ao fato de ser geograficamente impossível isolar um de outro e, em consequência, separar os efeitos produzidos pela rotina de cada um. Isto porque a periferia na cidade do Rio de Janeiro não é propriamente um espaço periférico, já que se encontra no âmago dos centros urbanos, onde há uma maior concentração populacional. Tal é o motivo da insatisfação de moradores de bairros nobres (Zona Sul, principalmente) que cobram medidas do poder público no sentido de conter o avanço da criminalidade para o asfalto. Na verdade, essa reclamação se confunde com a expansão das favelas. Quanto maior uma favela supõe-se maior o poder do tráfico naquela localidade. Ora, aqui está implícito o preconceito com os moradores dessas áreas, na medida em que se associa o crescimento populacional delas ao seu potencial de violência. É como se o aumento do número de habitantes (em sua maioria não envolvida com a atividade ilícita) fosse proporcional ao contingente criminoso daquela área.

Do mesmo modo, a criminalização dos moradores é apontada pelo senso comum como um obstáculo a mais para a atuação da polícia, pois eles “protegeriam” os traficantes da mesma, ao fornecer esconderijo em suas casas, não revelar informações às autoridades, etc. Há uma distorção da chamada “lei do silêncio”, como se o morador se submetesse a ela por livre e espontânea vontade. Não são levadas em conta, por exemplo, as ameaças graves a que estão expostos todos os dias. Nesse sentido, Machado da Silva e Márcia Leite, *verbis*:

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar e generalizar a chamada ‘lei do tráfico’. (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007: 549)

Vale lembrar que enquanto a violação dos direitos está restrita à favela, ou melhor, aos favelados, considera-se sustentável a gestão da violência pelo poder público. Nesse caso, haveria uma espécie de violência consentida pelo Estado e pela sociedade, quando encarada sob o prisma da inevitabilidade ligada ao espaço onde ocorre. Daí se associar o lugar do crime à favela, por sua suposta natureza autoexplicativa.

Porém, quando a violência chega ao quintal da classe média, fomenta-se o discurso da indignação com a (in)segurança pública. A denúncia dos moradores das periferias sobre a abstenção do poder público e do silêncio dos meios de comunicação a respeito de crimes ocorridos nas favelas tem razão de ser e evidencia a diferenciação entre a relevância da vida do favelado e a do cidadão de classe média para o Estado e para a sociedade. Mais uma vez, salta aos olhos a violência consentida, na medida do poder do silêncio: “quem cala consente quando podia e deveria se manifestar”.

A noção de favela como paradigma do crime organizado foi internalizada pela população. Basta observar como tem sido a resposta social e política imediata à criminalidade: as incursões (simbólicas, muitas vezes) da polícia em favelas. Pode-se afirmar que esta resposta dos governantes ao crime funciona como estratégia populista para angariar maior credibilidade da população, principalmente do asfalto, já que para os favelados ela representa muitas vezes um risco adicional, qual seja, a violência dos policiais. Assim, quando a mídia e os porta-vozes públicos falam de combate à criminalidade e de planos para segurança pública, sugerem-se ações voltadas para favelas, como se o problema a elas se resumisse. Parece, pois, inconcebível pensar uma política de segurança pública que não comece necessariamente por elas. Trata-se de uma estratégia simplista, utilizada frequentemente como coringa pelos governantes para dar visibilidade às suas “providências”.

A gestão da segurança encontra na dimensão caricatural das favelas o cenário perfeito para se exhibir. Ela é executada não tanto pela lógica da eficiência e finalidade, mas pelo espetáculo, através de “palavras e ações anticrime metodicamente colocadas em cena, exageradas, dramatizadas e mesmo ritualizadas” (WACQUANT, 2007: 9). Daí a natureza espetacular do próprio funcionamento do Estado; suas políticas públicas são números especialmente criados para determinado público – notadamente a classe média – e locais específicos – as favelas, inadequados para subverter a realidade em que atuam, pois estão submetidos a um propósito obscuro: atrair e distrair o cidadão-espectador. Em outras palavras, os

meios utilizados pelos órgãos públicos para lidar com o problema da violência têm adquirido mais importância que suas finalidades. O valor político das UPPs é um bom exemplo disso, haja vista a exaltação de seu sucesso, embora ainda estejam em fase muito incipiente. Por isso, pensamos que este é garantido pelo meio adotado e não pelo real fim a que se destina.

A leitura que fazemos da violência urbana é viciada pela estereotipização do criminoso e pela estigmatização dos moradores das periferias, sendo muito pouco discutidas as questões basilares acerca da segurança pública e da real origem da criminalidade. Infelizmente, a maior parte da população do asfalto só tem a mídia hegemônica como fonte de notícias sobre as comunidades pobres. E esta mídia, por sua vez, apresenta como suas fontes principais as autoridades, cujos discursos reforçam o entendimento fragmentado, distorcido sobre a realidade da favela. A “notícia pela notícia” peca pela necessidade de rapidez e pela consequente superficialidade que têm caracterizado a cobertura da violência na cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, a instrumentalidade do jornalismo atual dificulta uma leitura crítica da situação dos moradores de favela e da atuação dos traficantes de drogas. Em consequência, a confusão cognitiva entre esses dois elementos se opera mais facilmente.

Costumeiramente se vê a produção e reprodução de notícias semelhantes, umas substituindo as outras, um *deja vu* constante na mídia, sem que se faça uma análise substancial do fato. Desta forma, “a repetição da narrativa, contudo, passa a reorganizar também o sentido do contexto social em que ocorreu e, descontextualizada, pode contribuir para a formação de estigmas e estereótipos” (AMARAL, 2010: 35). Raras são as coberturas inovadoras da criminalidade, ou seja, as que não seguem necessariamente a lógica do sensacionalismo e da disseminação do terror urbano, mas que se preocupam com o conteúdo e o debate social.

Assim, no que tange ao tráfico de drogas, associa-se a favela como o seu lugar de origem e consolidação, em detrimento das reais causas que possibilitam a expansão do crime organizado nesses espaços. A questão do comércio ilegal de entorpecentes e a violação das fronteiras do país não são discutidas na mídia, pelo menos não com o propósito de desmistificar a imagem de vilã da favela, a caixa de pandora da pós-modernidade. Pode-se suspeitar que o desafio pedagógico e mercadológico constitui um entrave para a mídia de massa tratar destas questões anteriores ao tráfico urbano.

Diante do exposto, e de acordo com Vaz: “Com a construção da associação entre tráfico e crime, favela e tráfico, e com a dissociação entre tráfico e comércio ilícito, o nexos que está sendo

proposto aos moradores da cidade é entre a favela e toda sorte de ‘violência’ que acontece no Rio de Janeiro” (VAZ, 2005: 5).

3 - AS CONSEQUÊNCIAS DO MEDO DO CRIME

O medo da vitimização e a exigência de um estado de alerta acabam por instituir um código de sobrevivência para os cidadãos comuns se “adaptarem” à insegurança. Recorrer a meios informais para complementar a prestação falha do Estado em relação à segurança pública se torna uma preocupação difundida principalmente na classe média. Não é a toa que o mercado da segurança privada triunfa nas cidades consideradas muito violentas, como o Rio de Janeiro. Em decorrência disso, os cidadãos de bem prejudicados culpam as autoridades por terem de reorganizar suas rotinas, cada vez que ocorre um tiroteio em uma favela ou um arrastão numa via pública. A inconformação da população é ter de adotar condutas de exceção quando da ocorrência de crimes que, por serem tão corriqueiros, implicam na incorporação definitiva desses comportamentos excepcionais de defesa. A exceção passa à regra.

Deste modo, a sociedade culpa o enfraquecimento das autoridades públicas pela disseminação da violência, e julga o recrudesimento das leis e das punições como a alternativa mais eficiente para o controle dos criminosos. O discurso midiático, por sua vez, ao mesmo tempo em que forma essa opinião pública, incorpora-a em seus noticiários, ao “denunciar” as brechas penais, entendidas como facilitadoras da prática de crimes. Legitima-se, portanto, um movimento lei e ordem, como corolário da paz social. O criminoso passa, primeiramente, pelas instâncias midiáticas de julgamento, consideradas mais rápidas e eficazes que o Poder Judiciário Formal. Ao receber o estigma de inimigo social, ele pode e deve perder suas garantias fundamentais asseguradas pela Constituição, uma vez que mídia e sociedade a interpretam como impunidade.

3.1 O conceito de sofrimento evitável como pauta da segurança pública

Ao falar das novas criminologias da vida cotidiana, Garland (2008) cita o crime como oportunidade, de onde se retira a necessidade de se evitar certas condutas para não “facilitar” a ocorrência do mesmo. Há uma preocupação em não ser vítima em potencial. Neste diapasão, o conceito do risco encontra sua base principal: o cidadão se priva de determinado lazer, constrange sua liberdade, tudo para mitigar as possibilidades de vitimização (VAZ, 2007). Ao mesmo tempo, a sociedade revela sua perplexidade em ter que viver em estado de alerta por incompetência do

Estado. Isto porque, se este não fosse falho ao prestar o serviço público da segurança, esta não seria uma preocupação privada de cada cidadão.

Desta forma, a segurança privada adquiriu relevância na rotina social. Esta se caracteriza pela segregação e pelo autoaprisionamento, uma vez que os que deveriam estar presos estão soltos. A partir desta constatação, a segurança é usada como chamariz para vendas de imóveis e de carros blindados, por exemplo, além de atrair consumidores para espaços de lazer onde ela será garantida, tal como *shopping centers*. Tornou-se, pois, um objeto comercial valorizado, devidamente explorado pelo setor privado, convocado a suprir as deficiências da segurança pública.

A partir disso, nota-se uma administração dos espaços aliada a uma separação estratégica dos diferentes tipos de pessoas (GARLAND, 2008: 345). Deste modo, o conceito do direito ao risco elaborado por Paulo Vaz encontra guarida no fato de que certos lugares devem ser evitados quando há presunção da ocorrência de crimes, enquanto em outros o cidadão estaria, a princípio, protegido.

A perplexidade ocorre, então, quando o homem prudente, tendo adotado as devidas precauções, é vitimizado. O Estado estaria violando o seu direito ao risco, pois o indivíduo deveria estar seguro em determinados locais, como na escola, ou onde a presença da polícia seja sabida. Aqui, ele não optou por correr risco, ele cumpriu a sua parte. Já o Estado inadimpliu o contrato, e não foi capaz de garantir o mínimo de segurança nem mesmo onde se presumia sua garantia. Tal se constata na frase que já virou jargão popular: “Não estamos mais seguros em lugar nenhum”.

Ao analisar a importância das taxas de criminalidade para a gestão da violência na África do Sul, Comaroff (2006) diz que em tal contexto acredita-se que uma contagem precisa da ocorrência de crimes é imprescindível para combatê-los. Além disso, evidenciar aumentos e quedas dessas taxas seria uma prova de transparência da atividade do Estado, reforçando a confiança da população no mesmo. Deste modo, a produção de índices dessa natureza funciona como uma prestação de contas do Estado perante seus cidadãos, configurando a relação clientelista entre eles. Assim, permite-se à população uma avaliação do funcionamento da máquina estatal e, ainda, um mapeamento dos riscos, tornados definitivamente reais a partir da revelação das taxas. Aqui, o direito ao risco encontra um de seus fundamentos. Uma vez constatados lugares e ocasiões mais suscetíveis à ocorrência de crimes – e isto pode se dar por

meio de levantamento de dados difusos (do que cada um sabe pela experiência própria ou que lhe chega ao conhecimento) ou oficiais – o cidadão passa a reorganizar sua rotina para evitá-los (VAZ, 2007). As taxas oferecem, portanto, um meio de autoadministração do risco pelo indivíduo, uma forma difusa de defesa. O acesso a tais informações pode ser considerado um direito eminentemente recente, ao vincular-se ao controle político da criminalidade e à expectativa moderna dos cidadãos por segurança.

Ora, é possível traçar um paralelo com a situação brasileira, cuja taxa de criminalidade é considerada relevante nos debates políticos sobre segurança pública, na medida em que o cidadão-cliente e o cidadão-eleitor reclamam pela eficiência do Estado no combate ao crime. Pode-se depreender a partir do estudo de Comaroff, que as estatísticas de crime, pela sua dimensão constitutiva, produzem o material da política e atraem a atenção para uma realidade desfigurada. Esta, por sua vez, é construída a partir de diferentes finalidades e significados atribuídos às estatísticas em contextos distintos. Nesse sentido, o autor faz alusão a uma “política de estatísticas de criminalidade”. Se tomarmos a mídia brasileira como fonte não oficial de índices de criminalidade, haverá uma inclinação para o aumento destes ou, embora mais raro, para a estabilização. Isso implica em respaldar um descontentamento da sociedade com o governo, já que os métodos utilizados nos inquéritos às vítimas são semelhantes aos das pesquisas de mercado. Como a cultura política neoliberal tende cada vez mais a definir os cidadãos como consumidores, as vítimas do crime parecem mais apropriadamente descritas como clientes mal servidos pelo governo (COMAROFF, 2006).

A percepção social sobre o aumento da criminalidade se baseia na premissa da ineficácia das políticas públicas de segurança, mas não se restringe somente a ela. A subjetividade do medo que tem caracterizado a sociedade atual também se deve a uma remodelação das formas de sociabilidade. Novos parâmetros de relações sociais influenciados pelo individualismo e concorrência próprios do sistema capitalista interferem na apreensão do fenômeno da insegurança. Ao mesmo tempo, o consumo e a busca do bem-estar individual, aliado a um desejo de fruição normal das rotinas da população, vão fundamentar as demandas pela proteção do Estado.

A complexidade das formas de interação social percebida na contemporaneidade não exclui a importância do monopólio da força pelo Estado, quando este é exigido para garantir a liberdade imperturbável na busca da satisfação de interesses individuais. Ora, quando a violência

passa a submeter os indivíduos a certas restrições em seu cotidiano, sob pena de vitimização, atribui-se ao governo o ônus de reparar tal situação. Na verdade, este processo poderia ser explicado por um individualismo coletivo, em termos quantitativos, já que o medo do crime e o sofrimento evitável recebem diferentes significados de acordo com as conveniências e inconveniências do contexto em que determinado cidadão está inserido.

3.2 Movimento Lei e Ordem nos meios de comunicação

Quando um fato delituoso se torna alvo da mídia, e se investe em uma cobertura jornalística exaustiva do mesmo, é comum se observar a formação de um exército social liderado por ela para combater o criminoso. Enquanto os órgãos estatais trabalham para investigar e julgar o sujeito, os telejornais e os mais diversos programas de tv atuam paralelamente, às vezes até concorrentemente, para “solucionar” o caso. Forma-se uma espécie de cerco moral ao suspeito, em que a população emocionada e enfurecida, alimentada por uma dose de sensacionalismo, clama por justiça, leia-se castigo. Isto porque a moralidade da mídia se erige como uma das premissas fundamentais de seu poder perante a audiência. Esta, por sua vez, adere a essa codificação simbólica e referenda as “práticas alternativas” de acusação, julgamento e condenação, notadamente encabeçadas por repórteres-promotores e especialistas-juízes.

Nada mais natural que um criminoso frio e cruel seja odiado pelo povo, mas e quando ele é apenas um cidadão suspeito, ainda não declarado culpado pelo juiz? Não importa. Não há mais essa distinção para os meios de comunicação. Uma vez identificado um suspeito, eles instantaneamente batem o martelo e fixam a sentença: banimento da sociedade e desclassificação como sujeito de direitos. Assim tem atuado a mídia legitimada pela opinião pública.

Deste modo, os *media* assumem um papel de mediadores entre a sociedade e a Justiça, ou melhor, criam a sua própria instância julgadora a partir da construção de “verdades” pelo discurso jornalístico. Aqui, pode-se constatar seu lugar privilegiado nas relações de poder. De um lado, um Poder Judiciário legítimo, mas com pouca credibilidade perante a maioria da população; de outro, os meios de comunicação de massa, capazes de absolver e condenar um cidadão sumariamente através de um discurso que constrói uma realidade aparentemente incontestável. Assim, verifica-se uma evidência da estratégia de controle social e disciplinar desenvolvida pela mídia na sociedade contemporânea.

Os meios de comunicação de massa se colocam no mesmo patamar da polícia e dos órgãos jurisdicionais durante as investigações e os processos criminais. Ao obterem informações privilegiadas, eles imediatamente as transmitem ao seu público. Consequentemente, enquanto o Poder Judiciário é visto pela maior parte da população como uma entidade inacessível e figurativa, os *media* parecem ser mais confiáveis, dadas a sua presença e a influência constante no cotidiano das pessoas.

Imediatamente após a divulgação de um crime, os meios de comunicação se posicionam como amigos da família da vítima e plantam na audiência um sentimento de compaixão (*sofrer junto*). Ao mesmo tempo, assumem o papel de justiceiros, denegrindo a imagem do acusado implícita ou explicitamente mesmo ele sendo ainda apenas um suspeito. Este comportamento é extremamente perigoso, pois se a opinião pública volta seu ódio para o acusado a partir dos fatos transmitidos pela mídia, qual não será o prejuízo deste se for considerado inocente pelo juiz? Se ele já tiver sido condenado pela aliança mídia e população, a inocência declarada pelo Estado não será capaz de reparar, sozinha, o dano moral e material advindo dos abusos do jornalismo irresponsável. Nesse sentido, cabe lembrar que “nenhuma decisão estatal pode ser justificada num pretenso “bem comum” incompatível com a ordem jurídica, mesmo quando a decisão governamental merecer a aprovação aparente da maioria da população” (JUSTEN FILHO, 2011: 146).

Diante do exposto, cabe ressaltar alguns aspectos dessa intervenção da mídia em políticas criminais, que Nilo Batista chama de executivização das agências de comunicação social do sistema penal. O poder de pautar o Estado acerca de medidas penais, notadamente após uma grande reportagem-denúncia, diante da qual as autoridades não podem se calar, é resultado da força política dos meios de comunicação. Essa ingerência, já constatada em outros setores de políticas públicas, agora se consolida imperiosa sobre o controle criminalizante. Isso se dá através da seleção de notícias e de reunião de pautas, em que se decide qual fato será coberto, qual merece ser investigado pelo repórter, qual gerará mais polêmica, etc. Deste modo, a mídia “cria demandas” penais a partir de seu noticiário. E as tantas outras ilegalidades que não foram “investigadas” e “transmitidas” decaem na escala de primordialidade de solução por parte do poder público.

Em suma, os meios de comunicação assumem uma função verdadeiramente executiva na solução de conflitos sociais. O discurso midiático é legitimado por grande parte da audiência, que

considera as agências de comunicação mais eficazes que as punitivas. Trava-se, assim, uma disputa de forças entre mídia e sistema penal pela credibilidade e legitimação no exercício de controle da sociedade. Há dúvidas sobre quem venceu?

3.3 Direito Penal para quem?

Alguns criminosos não são vistos apenas como infratores do ordenamento jurídico, mas como símbolos do perigo e até mesmo como personificação do mal. Nesta linha, o Direito Penal do Inimigo, formulado pelo doutrinador alemão Günther Jakobs, em 1985, seria aplicável a esses sujeitos que não só praticam condutas desviantes, mas representam, aos olhos da sociedade e do Estado, o próprio desvio. Este autor diferencia o “cidadão de bem” daquele que é inimigo e, portanto, deve perder as garantias civis. Não obstante cometa certo crime, o primeiro será tratado como sujeito de direitos e lhe será aplicado o direito penal do cidadão; já ao último será dispensado o tratamento do direito penal do inimigo, também conhecido como direito penal do autor. Isto porque, a medida da pena não seria a conduta, mas a periculosidade do criminoso. Estaríamos diante, portanto, de critérios subjetivos para justificar a punição.

Embora a tese de Jakobs nos pareça inconcebível em um Estado Democrático, podem-se verificar algumas tendências perigosas em sociedades de altas taxas de criminalidades. Ora, determinados criminosos despertam a atenção da mídia e da população, e são classificados, seja implícita ou explicitamente, como aberrações, que demandariam uma punição compatível – que na teoria alemã citada se traduz em desproporcionalidade da pena e em perda de garantias processuais – com o potencial de ameaça que representam. Desta forma, o Direito Penal do Fato só caberia a cidadãos comuns não enquadrados nas classes potencialmente perigosas.

Consequentemente, este direito de exceção se basearia na criação de leis mais duras direcionadas a um grupo específico, como traficantes, terroristas ou outros tipos subversivos, sob o argumento da defesa da nação – qualquer semelhança com os regimes totalitários não é mera coincidência. Ou seja, esses indivíduos seriam punidos pelo perigo que oferecem à sociedade pelo simples fato de pertencerem a certas classes de criminosos. Eles não seriam passíveis de emenda, uma vez que o caráter seria considerado desviante e não a ação, presumindo-se desde já a habitualidade em vez da eventualidade. Logo, somente a neutralização definitiva ou perpétua poderia salvar a sociedade de tal inimigo.

Há na sociedade uma demanda por tratamento mais severo de certos “tipos” de criminosos, por se entender que a liberdade ou outras benesses sempre implicará em reincidência dos mesmos. Estaria em voga, pois, a tipificação da personalidade e da condição de vida, e não da conduta, o que certamente excluiria os “homens de bem”. Ademais, isto retiraria do Estado a responsabilidade pela ressocialização do criminoso além de eliminar na sociedade civil o sentimento de piedade e co-responsabilização pelo destino fatídico do criminoso, cuja conduta naturalizada obscurece uma possível interpretação sociológica.

Em última instância, cabe ressaltar que encarcerar não significa combater e muito menos prevenir o crime. Vide os encarceramentos em massa e a superpopulação carcerária nos Estados Unidos, cujas taxas de criminalidade permanecem altas. Conferir tal status ao sistema penal se assemelha à teoria de Jakobs sobre o controle do inimigo, já que este não é destinatário de políticas públicas, pois somente cidadãos o são.

Após esta noção introdutória do pensamento do autor alemão, deve-se proceder a uma análise da imagem mais atualizada do direito penal na pós-modernidade, erigido como o corolário da ordem social racional. Como importante objeto sociológico que é, ele influencia e é influenciado por práticas sociais no tempo e no espaço. O interesse sobre a matéria permeia os mais variados setores da sociedade e pauta a agenda pública, como consequência inevitável das discussões sobre segurança, no que diz respeito à prevenção e punição. É mister observar que a atual política criminal ainda não foi capaz de dissociar esses dois elementos, normalmente atribuídos à função da pena como se fossem um só. De modo análogo, a sociedade-vítima vê o recrudescimento da pena como requisito lógico para assegurar esses dois objetivos.

Assim, um direito penal eficaz exigiria uma penalidade capaz de castigar e, ao mesmo tempo, evitar novos delitos. Se tal retribuição punitiva não fosse devidamente proporcional ao mal causado, do mesmo modo falharia a prevenção, porquanto outros indivíduos não temeriam o castigo e praticariam condutas criminosas. Tal discurso é comumente veiculado nos meios de comunicação, seja implícita ou explicitamente, materializado no ‘mantra’ da impunidade. Ora, considera-se impune aquele que não foi punido ou não o foi satisfatoriamente. Logo, constata-se uma preocupação estritamente retributiva desses entes que reclamam por “justiça”.

Pelo exposto, faz-se necessária uma crítica ao pensamento dominante na coletividade: este direito penal falho, porém necessário, experimenta uma crise na pós-modernidade. Logo, não seria o momento de reconstruí-lo a partir da quebra do paradigma punitivo-retributivo, constatado

pela própria sociedade como ineficaz? Para isso, seria preciso um esforço para torná-lo compatível com o tripé criminoso-vítima-sociedade, compatibilizando os interesses desses três agentes sociais, na fórmula de um interesse supremo do Estado Social e Democrático de Direito. Parece utópica tal proposta, mas ao menos oferece uma alternativa para se pensar um novo direito e um novo modo de a sociedade entender este direito, tanto do ponto de vista da vítima como do agente criminoso, e assim reorientar suas relações sociais, cujas características predominantes hoje são o individualismo e a instrumentalidade violenta e excludente.

Em que pese a importância das ideologias liberais e socialistas na modernidade, é inquestionável que ambas falharam em seus objetos e objetivos, dentre os quais figurava o direito penal como um dos caminhos para se alcançar a paz social e o desenvolvimento sadio da sociedade.

Assim, o direito penal colocou-se em posição de manter uma engenharia social. Nesse sentido, a pena se justificava na modernidade desde que ela fosse racionalizada. No entanto, tais perspectivas racionais jamais puderam ser comprovadas empiricamente. A idoneidade conferida ao direito penal repousava na premissa de que ele era racionalmente capaz de diminuir a violência e fortalecer o direito. Os fatos falam por si mesmos, e hoje sabemos que a punição não pode ser encarada de forma absoluta, não servindo de parâmetro para analisar os desvios de conduta e os problemas sociais daí resultantes.

Há, pois, que se entender a razão da pena, sem, no entanto, isolá-la numa ilha impenetrável por outros meios de organização e controle social, que devem ser discutidos para abarcar questões mais complexas que a racionalidade da pena não é capaz de solucionar. É necessário abandonar o conceito primitivo e abstrato de retribuição da pena, baseado na lógica de que ações boas geram conseqüências boas e ações ruins geram conseqüências ruins.

Deve-se elaborar uma nova leitura crítica do Direito Penal e da pena para se evitar um retrocesso cego aos modelos institucionais autoritários e até mesmo às sociedades de vingança privada. Com o perdão do exagero e dramaticidade desta observação, deve-se salientar a imperatividade por uma mudança dessa consciência coletiva violenta antes que o Direito Penal e seus fiéis façam mais vítimas *lato sensu*.

Há quem defenda que um novo olhar deve se relacionar mais à vitimologia que à criminologia. Isto seria viável a partir do perdão da vítima de forma voluntária. Deste modo, seria possível a quebra do direito penal com o respaldo daquele que foi vitimizado. Por que é

necessária essa desconstrução? Para criticar a supremacia da razão perante a vida e a dignidade humana do acusado. Isto porque, na nossa sociedade predomina a escolha afetiva de não viver sem a pena. Foi construída uma mentalidade no sentido de atribuir os males da modernidade e pós-modernidade ao fracasso da função da pena.

Se hoje a pena é naturalizada, não significa que foi sempre assim ou que é necessário ser assim. A constatação de que a pena tem determinada função não supre sua determinada origem ou a escolha por ela. Portanto, é interessante questionar se retribuir o mal a quem fez mal é bom e justo. A ideia de retribuição, como dito acima, é apenas constatada na nossa sociedade e, nessa linha, entendida como indisponível.

Uma nova política criminal pensada a partir do perdão da vítima implicaria a exigência de uma mudança no imaginário social sobre o crime, o criminoso e a pena. Ao mesmo tempo, demandaria uma superação do individualismo e pragmatismo caracterizador da sociedade contemporânea, cujos valores foram redimensionados pela globalização e pelo consumo. Admitir a possibilidade (e necessidade) de uma reversão do quadro punitivista que criticamos, implica em acreditar numa mudança do próprio indivíduo enquanto membro da coletividade, para então se verificar a emergência de uma nova concepção de tratamento do criminoso enquanto parte do todo, enquanto um semelhante, sujeito a erros e reparações. Isso significa humanizar a conduta desviante da norma, ou seja, subjetivá-la, e não mecanizá-la e submetê-la a um nexos causal objetivo, empiricamente demonstrável.

Nesse contexto, seria interessante perseguir uma solidariedade cívica da vítima e do grupo social para com o criminoso. Entretanto, ela não poderia se restringir a um dever puro e simples, institucionalizado a partir de regras prévias pelo Estado. De modo diverso, ela deve ser implementada pelo esforço conjunto da sociedade civil e do poder público, num diálogo permanente, que não sugere uma desconcentração da aplicação do direito penal. Contudo, é imprescindível uma participação mais efetiva da população no sentido de minimizar os efeitos destrutivos do atual sistema penal, que além de atingirem o condenado, tomam-lhe por inteira.

A sociedade tornou-se muito complexa para que suas necessidades sejam satisfeitas exclusivamente por parte do Estado. A cidadania impõe que os indivíduos e as empresas se organizem e atuem concretamente para minorar os problemas e combater as carências. A dignidade humana e a solidariedade são compromissos da Nação consigo mesma, e não um fardo a ser carregado exclusivamente pelas instituições governamentais (JUSTEN FILHO, 2011: 98)

4 - A COBERTURA JORNALÍSTICA DA RETOMADA DO COMPLEXO DE FAVELAS DO ALEMÃO PELO ESTADO

A retomada do conjunto de favelas do Alemão pelas forças de segurança se deu no dia 28 de novembro de 2010. Cerca de uma semana antes ocorreram ataques incendiários a carros e veículos públicos em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro e, ainda, em São Gonçalo, Cabo Frio, Teresópolis, entre outros, o que foi atribuído ao comando de chefes do tráfico de drogas insatisfeitos com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A “onda de violência” – termo muito utilizado nas reportagens – seria uma estratégia do crime organizado para aterrorizar a população e intimidar as autoridades, em resposta à perda dos territórios de algumas favelas. Depois de dois dias seguidos de ataques, inclusive a cabines da polícia, o governo do estado resolveu “buscar os responsáveis”, o que culminou com o cerco à favela Vila Cruzeiro e, diante da fuga em massa dos traficantes para o Morro do Alemão, terminou com a invasão e retomada do Complexo de favelas da Penha pelas forças de segurança.

Não houve conflito de fato no Alemão, mas a sensação experimentada era de que a guerra começaria a qualquer momento. A latência do conflito armado entre as forças do Estado e os traficantes era indicada pela forma como foram construídas as matérias e conduzidas as entrevistas. Além disso, transmitiam-se imagens das forças de segurança posicionadas, junto aos blindados, para começar o ataque a qualquer momento. A representação da guerra se reforçou com as entrevistas de governantes, secretários de segurança e, principalmente, militares de alta patente, devidamente fardados, o que comprovava o caráter extraordinário da situação.

Repetidas vezes a imagem da fuga desesperada dos traficantes da Vila Cruzeiro habitou os noticiários dos telejornais e programas que cobrem criminalidade no Rio de Janeiro. Os repórteres e membros da polícia enfatizavam que eram “centenas de traficantes em fuga”, o que dava uma dimensão ainda maior e até surreal à operação.

Pode-se notar ainda uma ambiguidade nas reações da população que acompanhava o noticiário, pois, não obstante se via cada vez mais ameaçada, notava-se certa excitação proporcionada pela atmosfera de “guerra” e “terror”. Este argumento se pauta no ‘fenômeno’ grotesco verificado diante desta situação: moradores de outros bairros foram até as proximidades do conjunto de favelas da Penha para ‘ver com os próprios olhos’ aquele cenário

cinematográfico. Pessoas tiravam fotos e filmavam, atônitas, o movimento dos blindados das forças armadas em pleno asfalto.

A mediação da experiência da violência pela televisão, principalmente, não foi “suficientemente mimética” para alguns cidadãos, para os quais tudo parecia fantástico. A ideia de ir ao local assemelhava-se à curiosidade de um espectador que tem a oportunidade de conhecer os bastidores de um filme que assistiu no cinema, por exemplo. Talvez o *Tropa de Elite*.

A aura apocalíptica do discurso jornalístico confirmava a sensação de que a qualquer momento podemos ser vítimas do crime. Tal sentimento de insegurança foi explorado à exaustão pela cobertura especial das principais emissoras de tv na ocasião de ocupação do Complexo do Alemão. O aviso era reiterado de edição em edição: “é aconselhável aos moradores de bairros vizinhos ao Complexo de Favelas do Alemão não sair de casa ou permanecer em locais seguros”.

O suspense que permeava as entrevistas das autoridades e o discurso dos jornalistas durante todo o cerco feito à área do conjunto de favelas era instigante. Enquanto os chefes da polícia tentavam desencorajar os traficantes a entrarem em conflito, a mídia fazia uma espécie de contagem regressiva para o momento do ataque. Isso porque o fato de os criminosos não terem se rendido de imediato e nem entrado em conflito com a polícia assim que esta os cercou, contribuiu para deflagrar a crise na cidade e a vulnerabilidade dos cidadãos.

Diante deste panorama geral, pretendemos apenas situar o leitor sobre o cenário que será nosso objeto de análise por meio das reportagens do dia 22 a 29 de novembro de 2010, veiculadas em *O Globo*, jornal de maior circulação no Rio de Janeiro. A pesquisa se debruça numa análise qualitativa das matérias, a partir dos conceitos abordados anteriormente, e em sua especial aplicação aos acontecimentos deste período, que merecem relevância extraordinária diante da turbulência social e midiática verificada. Adotamos como critérios básicos de avaliação dos discursos publicados, a difusão do sentimento de medo, o tratamento do conflito como guerra e a demanda por políticas públicas mais repressivas.

4.1 O inimigo público mora ao lado (do asfalto): o medo e a onda de violência

A priori, caberia a pergunta: porque o Poder Público decidiu invadir naquele exato momento um conjunto de favelas de tamanha amplitude como o da Penha? Com o perdão da obviedade, há certos elementos obscuros relativos à organização da operação, à infraestrutura de equipamentos, à integração com o governo federal, e a outros tantos atributos que foram

elogiados pela opinião pública. Mas como essa eficiência se mostrou tão de repente? De fato, não há “de repente” na política. Ora, o sistema de controle superficial sobre a criminalidade na ou da favela começou a falhar drasticamente, fazendo a classe média, ou melhor, o asfalto, inquietar-se diante do perigo insustentável, perturbador: os ataques a carros e ônibus como suposta forma de manifestação dos traficantes contra a implantação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) estavam ultrapassando o limite tolerado pelos governantes, ou seja, a geografia espacial da favela. Diante disso, e encurralado, o governo precisava dar uma satisfação aos cariocas: urgente, estratégica e de efeito moral incontestável.

Os ataques incendiários reiterados e em pontos diversos da cidade foram noticiados de modo a evidenciar a insustentabilidade da insegurança e do medo crescente entre a população. A aleatoriedade própria da natureza daqueles ataques, em que era praticamente impossível prever onde e quando ocorreriam, justificou narrativas como esta: “em um ataque com tática típica de guerrilha bandidos provocaram pânico entre motoristas que passavam ontem à tarde na Linha Vermelha”¹. Além disso, potencializa-se a sensação de impotência entre os cidadãos, quando até as autoridades atentam para a “dificuldade de reprimir esse tipo de crime já que seus autores usam tática de guerrilha”². Ora, além de descrever o pavor vivido pelos motoristas desafortunados, a notícia indica de forma implícita que ele ocorrerá novamente, haja vista a comprovação de que a própria polícia não tem como evitá-los.

Um outro fator não menos importante identificado nesta reportagem, nomeada “Ataque incendiário”, é a contribuição da especulação para sustentar o medo da população e ao mesmo tempo anunciar o poder do inimigo, condição elementar para a configuração daquele. Ao abordar a possível motivação dos crimes, o repórter confere à sua narrativa o *status* de um prelúdio dramático. Assim, o trecho fala por si: “o novo modelo de policiamento em favelas teria levado traficantes de facções rivais a firmar uma aliança nunca vista na história do crime organizado”³. Ou seja, estrutura-se uma explicação racional e plausível para o distúrbio – a causa seriam as UPPs, o que o torna ainda mais real e temível.

Nesta mesma edição, outra reportagem evidencia a situação de terror vivida pelos cariocas. O próprio título da matéria sugere a disseminação dos atos de violência, ao mesmo

¹ *O Globo*, 22 de novembro de 2010; Caderno “Rio”, *Ataque incendiário*, p. 10

² *Idem Ibidem*

³ *Idem Ibidem*

tempo em que indica que ninguém está a salvo: “Onda de arrastões aterroriza da Pavuna à Zona Sul”⁴. O carioca estava entregue à própria sorte. O cenário de insegurança ainda atentava para o caráter incontrolável das ações criminosas, ao sugerir que nem mesmo a proximidade de símbolos do poder público era capaz de conter a ocorrência dos ataques. Assim, “os bandidos não se intimidaram com a proximidade o Palácio Laranjeiras, sede do governo do Estado e fizeram três novos arrastos na rua presidente Carlos de Campos”⁵.

Para assinar o óbito da população carioca, outra notícia desta edição declarou: “Medo na rua Faro altera rotinas”⁶. Agora, os cidadãos passam a sentir os efeitos da vitimização virtual, além de serem todos atingidos direta ou indiretamente pela violência, como se atesta no trecho a seguir: “Um dos estabelecimentos mais tradicionais do bairro, o Bar Jóia, com mais de 60 anos, tem ficado vazio. (...) A violência está afugentando meus clientes – reclama o sócio Cristóvão Ferreira”⁷. Aqui, o cidadão demonstra sua insatisfação com os prejuízos causados pela falta de segurança. Como já abordamos, trata-se do discurso do clientelismo da segurança pública. O Estado não cumpre seu papel de provedor e a desordem passa a interferir na esfera econômica privada dos indivíduos e os transforma em vítimas secundárias.

A reorganização da rotina como um dos postulados do sofrimento evitável também ganha destaque nas informações veiculadas, e aparece como fator articulador do medo generalizado: “lojas e condomínios passaram a tomar algumas precauções, como trancar as portas mesmo com clientes dentro quando anoitece, e contratar mais segurança”⁸. Ora, a classe média utiliza os meios privados disponíveis para diminuir o risco de ser mais uma vítima, já que a segurança pública não foi capaz de evitar a *onda de violência*. Ou seja: não foram dois ou três ataques, mas dezenas, o que torna a situação inaceitável. Cabe frisar que todos os conceitos trabalhados podem ser observados nesta única matéria.

Ainda sobre o medo e o sentimento de vitimização, é interessante destacar que em algumas matérias eles ganharam força e legitimidade no discurso de especialistas, como ocorreu

⁴ *O Globo*, 22 de novembro de 2010. Caderno “Rio”, *Onda de arrastões aterroriza da Pavuna à Zona Sul*, p. 13

⁵ *Idem Ibidem*

⁶ *O Globo*, 22 de novembro de 2010. Caderno “Rio”, *Medo na Rua Faro altera rotinas*, p.13

⁷ *Idem Ibidem*

⁸ *Idem Ibidem*

na reportagem intitulada de “Especialistas: ataques exigem resposta forte”⁹. Nela, a antropóloga Alba Zaluar explicava a estratégia dos criminosos: “Se observarmos, os ataques se concentram onde moram ou por onde passam os mais ricos da cidade. O objetivo é aterrorizar as pessoas”¹⁰. Mais uma vez, a classe média aparece como vítima privilegiada e que, por sua vez, demanda maior preocupação por parte das autoridades. Se os ataques se restringissem às áreas pobres, o objetivo não seria aterrorizar pessoas? Elas já estariam acostumadas? Ou tal estratégia criminosa não lograria êxito, já que o governo não a encararia como uma afronta direta, ou seja, não haveria empatia?

De forma ainda mais contundente que na matéria anterior, a reivindicação por uma segurança pública mais eficaz revela seu contorno clientelista, esboçada na sugestão do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Alfredo Lopes: “diante da gravidade da situação, o governo do Estado deveria pedir reforços ao Exército ou à Força Nacional”¹¹. Isto porque, segundo ele, o clima de insegurança estava “afastando turistas”. Aqui, ele aparece como o defensor de toda uma classe burguesa que vê seus negócios ameaçados por uma deficiência do Estado, o que poderia ser evitado pela militarização da segurança pública. A defesa de interesses individuais, embora dissimulada na justificativa da ameaça à coletividade, sempre aparece como oportuna.

No dia seguinte, para fortalecer ainda mais a convicção do medo, uma notícia evidencia o colapso gerado pelos ataques no dia-a-dia carioca, instituindo-se tacitamente um toque de recolher. “Ruas mais vazias, o sinal do medo”¹² é o título da matéria que resume, ao mesmo tempo, o clima anormal na cidade e a cobrança de uma resposta rápida e efetiva, diante da constatação empírica dos danos causados a toda a sociedade. Ainda nesta página, para constituir o caráter unívoco da situação exposta pelo jornal, são expostos os desabafos dos internautas. Além disso, nesta edição, a “Guerra no Rio” – subtítulo para a Editoria “Rio” – já migra para a primeira página do jornal, onde permanecerá até o fim dos conflitos, com o episódio da retomada do Complexo do Alemão.

⁹ *O Globo*, 23 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Especialistas: ataques exigem resposta forte*, p.18

¹⁰ *Idem Ibidem*

¹¹ *Idem Ibidem*

¹² *O Globo*, 24 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Ruas mais vazias, o sinal do medo*, p.19

É interessante observar como a sensação de medo se tornava mais pungente a cada edição do jornal O Globo. A ordem cronológica das matérias, ou seja, a ordem dos acontecimentos narrados, respondia a uma cronologia do medo. É perceptível que ao longo dos fatos noticiados dia após dia, o sentido do medo se construía seguindo a mesma lógica. Não se pode comparar a atmosfera social do primeiro dia de ataques à do terceiro e quarto dias. Além disso, notou-se que a insegurança é encarada como um sentimento inerente ao carioca atualmente, já incorporado a seu cotidiano e à sua rotina. Portanto, a crítica das matérias era a de que os ataques ultrapassaram a fronteira do aceitável, uma vez que a reformulação do dia-a-dia da população seria inútil para lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos. Assim, não foi criado um clima de insegurança, pois este já se constituía. Faltava apenas sua declaração: “Quatro dias após o início dos ataques que aumentaram a sensação de insegurança no Rio, o governo do Estado decidiu preparar sua principal ofensiva contra o terror imposto pelo tráfico”¹³.

4.2 A (in)adequação do conceito de guerra nas reportagens e as tropas aliadas: sociedade civil, mídia, polícia e forças armadas

A edição do dia vinte e cinco de novembro anunciou “A batalha”. Este foi o título dado à foto que abria a matéria de primeira página do jornal com os pontos estratégicos que seriam alvos da operação militar. Era o momento da resposta das autoridades ao cenário de desordem criado pelo tráfico de drogas nos últimos quatro dias. A guerra, então, começaria de fato, e a reportagem adiantava: “PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha”¹⁴. É necessário, portanto, ressaltar o uso e o abuso de termos relativos à guerra nas notícias. A intervenção das Forças Armadas foi fator determinante para embasar a qualificação do conflito nesses moldes pela mídia. Deste modo, faz-se oportuno citar um trecho de uma matéria desta edição: “com apoio da Marinha, estado prepara ação na Vila Cruzeiro para acabar com atentados”¹⁵. E continuando o prelúdio da guerra, a narrativa jornalística se deixava contaminar pelo discurso técnico do combatente: “quatro dias após o início dos ataques que aumentaram a sensação de insegurança no

¹³ *O Globo*, 25 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha*, p.1

¹⁴ *Idem Ibidem*

¹⁵ *O Globo*, 25 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Com apoio da Marinha, estado prepara ação na Vila Cruzeiro para acabar com atentados*, p.16

Rio, o governo do Estado decidiu preparar sua principal ofensiva contra o terror imposto pelo tráfico. O objetivo é dominar a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão, que se transformaram no maior *bunker* de traficantes cariocas desde que migraram para lá bandidos expulsos de favelas ocupadas por UPPS”¹⁶.

Na edição do dia seguinte, o discurso da guerra ocupou toda a primeira página do jornal. A manchete “O dia D da guerra ao tráfico” vinha acompanhada da foto do blindado M-113 – um dos principais personagens da cobertura jornalística – que “abriu caminho para os caveirões do Batalhão de Operações Especiais”. A imagem do equipamento militar ocupava um espaço desproporcional à sua oferta de conteúdo informacional para a notícia. Ela servia, portanto, para espetacularizar o trabalho das forças de segurança envolvidas na operação. Não é a toa que o blindado M-113 causou frisson entre os meios de comunicação e se tornou o “queridinho” dos jornalistas.

O resumo dos acontecimentos na primeira página oferecia um diagnóstico preliminar e atraente do primeiro dia da guerra, iniciada com a ocupação policial da Vila Cruzeiro e a fuga dos traficantes para o morro do Alemão por uma trilha na mata. A gradação do texto combinava com o estilo da cobertura, destinado a enumerar as informações de forma crescente até atingir o clímax: “Com inédito apoio da Marinha, tropas do Bope desembarcam na Penha e ocupam *bunker* do tráfico”¹⁷; “Traficantes fogem em massa para o Alemão, mas mantêm ataques incendiários à cidade”¹⁸; “População aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de ‘Tropa de elite 3’”¹⁹. Sobre este último subtítulo, é pertinente um comentário sobre a comparação feita com o filme de maior popularidade atualmente no Rio de Janeiro. Isto porque, a realidade complexa da operação estatal na favela transmutou-se em entretenimento para parte da população que acompanhava “as cenas” da tropa de elite contra a tropa dos farrapos por meio da cobertura especial da TV Globo, que alterou sua grade para exibir a guerra por seis horas.

Esse caráter espetacular foi sugerido, por exemplo, em uma matéria sobre a repercussão da invasão entre os cariocas, segundo a qual os transeuntes paravam para assistir aos acontecimentos nas tevês de bares e restaurantes, dentre os quais alguns ficavam com o aparelho ligado durante todo o dia a pedido da clientela, ávida pelas imagens sensacionais: “No bar

¹⁶ *Idem Ibidem*

¹⁷ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. *O dia D da guerra ao tráfico*, p.1

¹⁸ *Idem Ibidem*

¹⁹ *Idem Ibidem*

Devassa, de Ipanema, quatro televisões de 41 polegadas permaneceram ligadas durante toda a tarde a pedido dos clientes”²⁰. Deve-se acrescentar que a repercussão das “imagens impressionantes” foi muito explorada pelo jornal, que tratou o envolvimento do público de forma dramática: “Operação policial domina twitter”²¹; “Assuntos referentes ao terror do tráfico e à ação do Bope foram os mais comentados”²². A página dedicada ao “Eu-repórter” reunia fotos e relatos dos leitores que compartilhavam suas experiências de medo, sofrimento e prevenção na seção de jornalismo participativo: “hoje eu não pude sair para trabalhar: a guerra entre os traficantes e a polícia na Vila Cruzeiro fica no caminho para meu trabalho; Iria ao teatro com uma amiga no Leblon. Cancelei mesmo com ingressos comprados. Seria incoerente ficar na rua até tarde; Todos precisam de segurança: o pessoal de baixa renda, moradores de comunidades e nós, do asfalto”²³. Nesta última voz a cobrança de uma solução para a violência se fortalece no argumento de que a intervenção no morro para ‘libertar’ os moradores estaria gerando consequências graves no asfalto e o Estado deveria, portanto, agir para conciliar essas demandas por segurança, geográfica e socialmente distintas.

Afora contribuições de impressões pessoais de cidadãos comuns, não é difícil notar que o dever público e ético-profissional de informar foi comprometido pela ‘empolgação’ dos jornalistas, que no calor dos acontecimentos, fizeram analogias simplistas para narrar os fatos: “numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normandia – que abriu as portas para a derrota da Alemanha Nazista – a ação na cidade foi o dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais”²⁴. O vocabulário da guerra também se destacou no caderno especial desta edição – dedicado integralmente à cobertura da guerra – cujo título era sugestivo: “A fortaleza era de papel”. Interessante frisar que o pólo poderoso agora era o Estado enquanto os bandidos eram desmistificados aos poucos, na medida do êxito da polícia. Aqui, o grande diferencial – apontado pelos especialistas e, portanto, pela mídia – era mais uma vez exaltado: “carros blindados sobre esteiras, pilotados por fuzileiros navais – em vez de caveirões que fatalmente ficariam nos obstáculos, por terem pneus – avançaram por dentro das

²⁰ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Cariocas assistem à fuga pela televisão*, p.14

²¹ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Operação policial domina twitter*, p.15

²² *Idem Ibidem*

²³ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; Seção “Eu-Repórter”, p.10

²⁴ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. *O Dia D da guerra ao tráfico*; p.1

vielais, empurrando o que estivesse pela frente e obrigando os traficantes a uma fuga em massa pela mata – foram pelo menos 200”²⁵. Do mesmo modo, a imagem da polícia recuperava a dignidade outrora perdida: “a tropa, que tinha o Bope à frente, foi para o confronto, tomando de assalto o campo do inimigo”²⁶. Agora, enfim, as forças do Estado estavam ao lado do cidadão, pertenciam ao ‘nós’.

A narrativa que melhor resumiu, contudo, a atmosfera da “cidade partida”, reuniu elementos discursivos típicos da guerra, metodicamente organizados, e aptos a influenciarem as emoções do leitor: “Vinte e cinco de novembro de 2010, meio-dia: seis blindados do corpo de fuzileiros navais chegam a Avenida Brás de Pina, na Penha, levando policiais do Bope e fuzileiros. Os carros são perfilados logo no início da avenida e os combatentes se preparam para o confronto. Ao meio-dia e meia, os veículos se dirigem à Avenida Nossa Senhora, uma das entradas da Vila Cruzeiro, uma das principais fortalezas do tráfico de drogas no Rio. É o início de uma guerra nunca vista na cidade”²⁷.

A crônica prosseguiu com suas ambiguidades: “como numa guerra, os blindados arrastaram caminhões para dar passagem à tropa (...) o esperado confronto, que poderia durar horas, no entanto, não ocorreu”. Ora, teria sido um confronto esperado ou um esperado confronto? Embora possa soar como preciosismo interpretativo, não parece que a carga de valores seja igual em ambas as expressões. Nesse sentido, denuncia-se um certo desapontamento pela não ocorrência do conflito direto. Mesmo se sabendo que o melhor para a segurança da comunidade e para o resguardo da dignidade dos próprios traficantes era uma solução pacífica, notou-se um desejo de vingança por parte da sociedade que seria concretizado pelo extermínio dos inimigos, no estilo do filme *Tropa de Elite*. Além disso, o jornal enfatizou a perplexidade da audiência diante da fuga em massa dos traficantes mostradas pela câmera da Tv Globo.

A valorização da mística da guerra se traduziu em disponibilizar ao leitor todos os detalhes possíveis das operações, como mapas do conjunto de favelas do Alemão, com minúcias sobre os lugares por onde a polícia entrou e por onde os traficantes fugiram, além de descrições técnicas e fotos de armamentos da polícia e dos traficantes. Sobre essa sistematização, é

²⁵ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *A fortaleza era de papel*, p.1

²⁶ *Idem Ibidem*

²⁷ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *A reconquista da Vila Cruzeiro*, p.2

interessante perceber mais uma tentativa de polarização dos sujeitos do conflito, além de uma estratégia para enfraquecer o inimigo, uma vez que o espaço dedicado a exibir as armas deste era bem menor que o reservado às dos militares, tecnicamente muito superiores, com uma variedade de equipamentos insuperável. Aqui, o jornal também atuou, à sua maneira, no *front* contra o tráfico. “Conheça o cenário da batalha de ontem”²⁸, como foi intitulada a matéria, era um convite especial aos leitores, convocados como combatentes indiretos ou secundários, e como tais, possuidores do direito de acesso a essas informações, que poderiam servir a muitas finalidades, mas não tanto à de acrescentar real conteúdo jornalístico à notícia.

Por fim, cabe aludir ao relato do jornalista Antônio Werneck, que compartilhou com os leitores sua experiência “No coração da Guerra do Alemão”. Ora, ao registrar suas impressões pessoais, e despidido do discurso técnico jornalístico, ele assina o atestado fatídico da guerra como cidadão, acima de tudo, e não apenas como repórter: “o cenário impressionaria qualquer um: carros destruídos, marcas de bala nos muros de casas e bares, marcas de sangue pelo caminho”²⁹. Alguém vai discordar que se trata de uma guerra? Aqui, a experiência individual do crime legitima a experiência coletiva, assim como o relato da vítima real legitima o da vítima virtual.

Como é de costume, a fala científica foi utilizada para endossar o discurso jornalístico. Sob o título impactante de “Confronto remete ao Oriente Médio” e o subtítulo não menos sugestivo de “Analistas alertam para a existência de guerrilha urbana e motivações políticas”, a matéria contrapunha opiniões de cientistas sociais para discutir a natureza dos conflitos: seria guerra, guerrilha ou terrorismo? Algumas conclusões eram contundentes e até assustadoras: “o historiador Francisco Carlos Teixeira, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, diz que o Rio, sem sombra de dúvidas, vive uma guerra, com características semelhantes às de Iraque e Afeganistão”³⁰. Além disso, ao longo da matéria foram feitas comparações com os casos mexicano e colombiano. Nesse sentido, cabe recorrer à ressalva de Machado da Silva quando aborda a organização social da violência no território brasileiro, em que a distingue daquelas calcadas em outras formações sociais. Assim, “o ‘caso’ colombiano, combinando narcotráfico e

²⁸ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Conheça o cenário da batalha de ontem*, p.8-9. Aqui, explicava-se por onde a polícia entrou, por onde os traficantes fugiram, etc.

²⁹ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *No coração da Guerra do Alemão*, p.4

³⁰ *O Globo*, 26 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Confronto remete ao Oriente Médio*, p.15

guerrilha, parece apontar para um desenvolvimento da violência privada com características muito distintas do Brasil” (MACHADO DA SILVA, 2004: 57).

Diante do exposto, é forçoso afirmar que a reconquista do território de favelas do Alemão recebeu *status* de guerra, tanto pelos meios de comunicação quanto pelas forças do governo. Ademais, tais acontecimentos pautaram a discussão sobre a concepção militarizada da segurança pública, cuja eficácia seria mais ou menos presumida por diversos setores da sociedade. Isto porque, as Forças Armadas gozariam de maior poder bélico e melhor preparo, além de serem supostamente menos suscetíveis à corrupção do que as polícias militar e civil. Haveria aqui um resquício da ditadura militar, pois diante do descrédito e das deficiências da polícia comum, a implementação da ordem só caberia aos militares.

Deste modo, no dia vinte e sete de novembro, o jornal trazia a manchete: “Intenso tiroteio entre Exército e tráfico abre Batalha do Alemão”. Aqui, já se nota uma naturalização da intervenção das Forças Armadas no controle dos conflitos urbanos, que constitucionalmente caberia ao governo do estado e não ao governo federal. Novamente, o jornal veicula um mapa ³¹ mostrando as ruas ocupadas pelas tropas de segurança no Complexo do Alemão. O objetivo seria oferecer ao leitor a possibilidade de conhecer a região do cerco militar. Além disso, outra matéria – cujo título e subtítulo foram, respectivamente, “Exército ocupa 44 acessos da Vila Cruzeiro e do Alemão” e “Paraquedistas chegam para garantir a segurança no entorno das favelas”³² – sugere a efetividade da segurança proporcionada pelas Forças Armadas, que seriam o trunfo necessário para vencer a guerra. Do mesmo modo, a atmosfera extraordinária foi reforçada pelo recrutamento de polícias que estavam de férias e, inclusive, de alguns inativos que teriam se disponibilizado para o combate. Ora, se a guerra propriamente dita exacerba sentimentos nacionalistas e patrióticos, nessa peculiar situação, especulou-se que o que estava em jogo era o orgulho da classe policial.

Assim, o patrulhamento ostensivo já dava sinais de sucesso. Os ataques teriam reduzido de quarenta e quatro para nove em apenas um dia. O periódico, por sua vez, veiculava tal informação como prova do nexos causal entre fortalecimento do Estado e enfraquecimento dos bandidos depois do cerco ao tráfico ³³. Do mesmo modo, entende-se que tal constatação objetiva

³¹ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Conheça a região*, p.19

³² *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno Rio; *Exército ocupa 44 acessos da Vila Cruzeiro e do Alemão*, p.22

³³ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; p.23

serviria para comprovar que a segurança pública estava no caminho certo e, portanto, toda barbárie e desordem se deviam a falhas dos órgãos públicos.

Não é à toa que em certos momentos mais críticos da segurança pública se debateu a conveniência da intervenção militar nos conflitos urbanos, notadamente na “guerra” contra o tráfico de drogas. Além disso, a carga de valores que as Forças Armadas e seu papel para a nação trazem consigo é utilizada pelas autoridades como método de luta psicológica contra os criminosos. Ora, o traficante é praticamente equiparado a um inimigo externo, a um estrangeiro, a um alienígena dentro de seu próprio país. É a evidência mais contundente da tentativa de desqualificar o criminoso como um semelhante aos demais membros da população.

A guerra não é, pois, uma relação de homens, porém de Estado a Estado; só acidentalmente nela são inimigos os particulares, não como homem ou mesmo cidadãos, mas como soldados, não como membros da pátria, mas como defensores dela. Cada Estado, enfim, só pode ter por inimigo outro Estado, e não homens, visto que entre coisas de diversa natureza não há verdadeira relação (ROUSSEAU apud CABETTE, 2008: 1).

A situação de exceção era reforçada por novas reportagens sobre as consequências da guerra e do medo generalizado. A comprovação pelo jornal, dia após dia, edição após edição, do cenário extraordinário provocado pela ameaça dos traficantes à população, aumentava a convicção do sofrimento e da vitimização indireta. Todos tinham suas rotinas afetadas, uma vez que havia dificuldade de chegar ao trabalho e de voltar para casa. A cidade vivia um colapso que atingiu o transporte público, o trânsito, o comércio, as escolas, etc, como se percebe nas chamadas a seguir: “Com medo, empresas de ônibus reduzem frota”, “Usuários enfrentam conduções lotadas. Só 5% das linhas rodaram na madrugada e itinerários foram alterados”; “Conflito volta a afetar comércio, escolas e a rotina dos cariocas”, “Vias expressas amanhecaram com uma queda de 16% no movimento”³⁴. O periódico preocupou-se, ainda, em destacar a queda das vendas de Natal e o cancelamento de eventos culturais na cidade. Ora, para a classe média que arcava com o ônus da vida civil, isso era mais um imperativo para uma ação exemplar do Estado, a quem cabia lhe proporcionar o bônus. Até quando o Rio teria que suportar esse caos, que impedia o consumo pré-natalino e a diversão?

Após a expulsão dos traficantes da Vila Cruzeiro – aqueles que todos vimos correndo desesperados no alto do morro –, o jornal procurou destacar os aspectos positivos da operação,

³⁴ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; p.33

embora os efeitos colaterais já pudessem ser observados, como se verifica no título da seguinte notícia: “Após o dia D, um cenário de destruição” – amenizado pelo respectivo subtítulo – “Vila Cruzeiro está com cinzas nas ruas e sem luz, mas moradores comemoram”³⁵. A euforia da paz provisória permeava a narrativa jornalística e os depoimentos de policiais e cidadãos cariocas. Uma página inteira do jornal se dedicava a reportar a felicidade e o clima de tranquilidade na favela após a operação. A imagem da primeira vitória do bem sobre o mal foi muito bem enquadrada na foto intitulada de “Retrato da paz”. A legenda da ilustração resume o teor discursivo da matéria: “um PM brinca com uma criança, no dia seguinte à operação que expulsou os traficantes da Vila Cruzeiro: o sentimento geral na favela era de esperança em dias melhores”³⁶.

Interessante analisar como se modificou instantaneamente o paradigma de favela com a expulsão de um grupo de traficantes. Isso porque, era necessário e conveniente naquele momento desmistificar a população favelada e mostrá-la, sobretudo, como aliada dos policiais e da população do asfalto, a fim de reforçar a univocidade do governo através do crime. Ora, reduziu-se a ordem e a paz de uma cidade a um ato de governo. Nesse sentido, a construção da narrativa nos permite falar da humanização do policial, outrora ferozmente criticado. Na fotografia analisada, o maniqueísmo salta aos olhos ante o simbolismo sempre eficaz do homem bom, que segura uma criança em seu colo, assegurando-lhe proteção. Assim, a imagem da polícia se transformou naquela que liberta os moradores da comunidade como a tropa de guerreiros que livra um povo escravizado de seu tirano, para então assumir o poder e iniciar um novo governo.

Muito se falou do orgulho dos policiais, da motivação para enfrentar aqueles criminosos audaciosos. Além disso, destacou-se o sofrimento dos mesmos, como o caso do cabo do Bope (Batalhão de Operações Especiais) que apareceu no telejornal da Rede Globo falando ao telefone com sua mãe angustiada. Ora, que cidadão de bem não vai se compadecer da dor de uma mãe que vê seu filho em risco? Assim, pode-se depreender que naquela situação eles apareceram como vítimas, o que gerou em grande parte da audiência uma identificação. Aqui, o conceito da vítima virtual emerge contundente. E, quando finalmente a polícia e as forças armadas concluíram a retomada do Complexo do Alemão, notou-se uma admiração extraordinária da população por esses profissionais que tantas vezes foram menosprezados pela opinião pública. Essa

³⁵ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Após o dia D, um cenário de destruição*, p.24

³⁶ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Retrato da paz*, p.24

desconstrução da imagem da polícia foi possibilitada na medida em que ela assumiu o papel do “nós” no noticiário, ou seja, colocou-se ao lado do cidadão de bem.

Antes da ocupação do Alemão as matérias jornalísticas se dedicavam principalmente à denúncia da ausência do Estado nas comunidades pobres em consonância com as fortificações estabelecidas pelo tráfico nessas áreas. O destaque era o poder paralelo, o que contribuía muitas vezes para o fortalecimento da imagem desses criminosos perante os moradores e perante o resto da população. Diversas vezes os meios de comunicação bombardearam a opinião pública com coberturas desmerecedoras da atividade da polícia e, subsidiariamente, da força coercitiva do Estado. Não é por acaso que o demérito das forças de segurança em geral era assunto recorrente entre cidadãos, após noticiários em que se destacava o poder do tráfico. A lógica era a seguinte: onde não há patrulhamento, onde a polícia não se faz presente, emergem as práticas violentas. Neste âmbito, o sofrimento evitável se define a partir desta violência que deveria ser contida pelo ator social imbuído desta tarefa: o policial. Logo, se ele não cumpre sua obrigação do contrato social, irá figurar também como inadimplente, equiparado, inclusive, ao criminoso. Esta foi a imagem compartilhada por alguns moradores de favela, que viam na complacência policial com os traficantes uma ameaça a mais, um agravamento do risco cotidiano representado pelo tráfico nas comunidades. Isto porque a presença da polícia não significava mais a defesa do cidadão, uma vez que passou a ser identificada pelo desvirtuamento e pela corrupção.

Na visão da classe média, a leitura é semelhante, ressaltando-se o fato de o tratamento da polícia ser diferenciado em relação a esta. Isso porque, os policiais parecem agir com maior respeito quanto ao cidadão do asfalto. Assim, o principal argumento para a desordem, na perspectiva do asfalto, seria a falta de patrulhamento ou desqualificação técnica da polícia. Quanto à corrupção, não haveria, em regra, efeitos imediatos como há para os moradores de comunidade. Então, pode-se dizer que ainda assim sua presença é exigida, ou seja, melhor o patrulhamento de policiais corruptos do que a falta de patrulhamento.

Deste modo, com o relativo sucesso da operação na Vila Cruzeiro, possibilitou-se uma reversão da imagem da polícia tanto na perspectiva da classe média do asfalto quanto da população pobre da favela. Senão, vejamos: a cobertura jornalística mostra um número estratosférico de policiais, mais bem preparados, com um plano de ação bem organizado para combater os traficantes; além disso, destaca a vocação da polícia para a proteção dos homens justos, e nesse episódio, em particular, a defesa cega dos moradores, com estrito cumprimento do

seu dever legal sem risco de se corromper. Os policiais demonstravam estar do lado dos cariocas sem restrição de classe social, o que conquistou a confiança e credibilidade da comunidade, que a princípio poderia ser um entrave à colaboração com os mesmos. Por isso, a conclusão tirada das reportagens é que uma polícia presente e incorruptível, ao empregar a diligência necessária em seu trabalho, é capaz de evitar o sofrimento da sociedade como um todo.

O Estado lutou contra os traficantes, inimigos da ordem interna, entrincheirados nas favelas, caracterizadas como fortaleza do crime. Pode-se dizer que antes da ocupação do Alemão, a ideia de uma reconquista de território como esse pelas forças de segurança era tida como longínqua e improvável pelo imaginário social, também fortalecida pelos meios de comunicação. O fato é que a população “se acostumou” a encarar a favela como território sitiado pelos criminosos, e era muito mais fácil conviver com a resignação e o afastamento do problema – cada um a seu modo, seja blindando sua vida ou culpando aleatoriamente um agente do governo – do que ter expectativas fundadas numa reflexão revolucionária de sua própria parte, de governantes e da mídia. Entretanto, a operação nas favelas da Penha marcou uma aliança necessária entre governo e cidadãos, para assegurar interesses de Estado, não necessariamente identificados como interesse público.

“Ação do tráfico une população em apoio à polícia”, dizia o título da matéria sobre a gota d’água derramada pelos traficantes para motivar a resposta do povo carioca. Por isso, parece mais provável que a população tenha se aliado à polícia mais por estratégia de coligação do que propriamente por entender que ela merecia tal confiança. É como se seguissem a lógica “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. Seria exagerado afirmar que o imaginário do carioca sobre a polícia tivesse mudado repentinamente, por ocasião de um único episódio. Assim, ainda em referência a esta notícia, atestava-se que o “Repúdio aos ataques dos criminosos reavivou o sentimento de cidadania e a ideia de que é possível vencer o crime”³⁷.

Portanto, há uma outra leitura possível dessa união romântica tão exaltada na mídia, que não se pauta na ênfase do prestígio da polícia – pois esse de fato não existia –, porém, que está relacionada diretamente com o abuso do tráfico, com a sua audácia, uma vez que a única alternativa restante ao carioca era acreditar nos policiais. Nesse sentido, um trecho desta matéria

³⁷ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Ação do tráfico une população em apoio à polícia*, p.34

revela o cabimento dessa leitura alternativa, menos romântica e mais realista: “Ao atear fogo no primeiro carro, as facções criminosas, que se aliaram contra a política de segurança que tem como diferencial a instalação de UPPs em morros e favelas, acenderam a fagulha de um sentimento de coletividade que estava apagado, estimulou cariocas a acreditar na polícia, que no passado andava desacreditada, e que é possível resgatar a paz no Rio. Nas ruas, *o que se vê é a população com medo, mas convencida de que o governo não pode retroceder e a guerra ao terror é um mal necessário*”³⁸. Sobre esta última parte, importa ressaltar a inevitabilidade com que foi tratada a invasão, considerada a única resposta efetiva aos criminosos. Não houve vítimas inocentes durante a operação nessas favelas, mas se houvesse, será que a necessidade da guerra a justificaria? Se fosse vitimizado um morador do morro, a polícia seria criticada da mesma forma como o seria em outras ocasiões? E se a vítima fosse um transeunte de classe média, a justificativa do “mal necessário” seria suficiente para calar a indignação da família e da sociedade de vítimas virtuais? Parece que não.

A Resistência ao terror contou com a fala sempre muito oportuna de pessoas famosas, como o autor de novelas da Rede Globo Aguinaldo Silva, cujo discurso reforçava a opinião dominante sobre a situação vivida pela cidade do Rio de Janeiro: “A palavra de ordem, não só para as forças de lei, mas também para os cidadãos, que não podem ficar reféns da desordem, é: resistir! A intenção dos bandidos é semear o medo e a desordem, e desestabilizar a vida dos cidadãos de bem. Não podemos permitir que isso aconteça”³⁹. Mais uma vez, a noção de guerra justa aparece no imaginário da classe média, quando consideradas as condições de vida impostas pela ordem da violência urbana. Aqui, vale fazer referência à pesquisa do Instituto Sensus, encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), que apontou a aprovação da invasão do Complexo do Alemão por 90,6% da população. A pesquisa CNT/Sensus ouviu 2 mil pessoas entre os dias 23 e 27 de dezembro de 2010.

Em sentido contrário, a voz destoante quanto à ocupação foi registrada pelo jornal de forma simplista e reduzida à disputa política: “Oposição critica ações do governo do estado”⁴⁰. Nela, Garotindo falava de “lavagem cerebral” da mídia nos cidadãos e Cyro Garcia frisava que “os grandes traficantes não eram aqueles que correram sem camisa na TV”. Não foram

³⁸ *Idem Ibidem*, (grifo nosso)

³⁹ *Idem Ibidem*

⁴⁰ *O Globo*, 27 de novembro de 2010. Caderno “Rio”; *Oposição critica ações do governo do estado*, p.34

vinculadas opiniões contrárias à invasão que não estivessem comprometidas diretamente com a política. Isto sugere que a operação policial só não foi aprovada por um interesse pessoal e político daquelas pessoas, retirando-lhes a relevância e credibilidade. Quanto à crítica da Anistia Internacional, segundo a qual a ação/resposta policial levou risco às comunidades, o jornal não a explorou, limitando-se a registrá-la.

Já no dia vinte e oito de novembro, enquanto os traficantes resistiam, a polícia se preparava para a invasão. O jornal abria sua edição com a manchete “Bandidos não aceitam ultimato e polícia decide invadir Alemão hoje”. No caderno especial *A Guerra no Rio*, o comandante da PM avisava que havia “recursos para varrer tudo o que estivesse pela frente”⁴¹, referindo-se à inferioridade técnica e numérica dos traficantes: eram 600 contra 2600 homens do governo. Em consequência, os moradores do Alemão começaram a sair da comunidade, já avisados sobre a iminência do confronto, que não passaria daquele dia. É importante registrar também que mais uma vez o periódico disponibilizava um mapa⁴² aos seus leitores para estes entenderem melhor a operação. Era uma forma de envolver ainda mais os cidadãos na guerra, quase que uma convocação. O esforço didático do jornal para transformar a complexidade social, política e ideológica daquela situação em um *game* de guerra foi notório.

Em paralelo aos preparativos para a aniquilação dos bandidos da Penha, foram publicadas matérias sobre as medidas complementares tomadas pela polícia, como a transferência de presos que estariam envolvidos com a *onda de violência* e a prisão de mulheres de traficantes⁴³. É curioso ressaltar dois aspectos em relação ao tratamento de cada uma dessas informações. Assim, sobre a prisão de um traficante, publicou-se: “Do que ri o traficante Mister M?”⁴⁴, vindo em seguida a interessante conclusão do jornalista: “parece não estar preocupado com os anos de prisão que virão pela frente”⁴⁵. Ora, além de criar uma identidade para o criminoso, reconhecido pela falta de escrúpulo inclusive quanto a si mesmo, esse discurso revela a crença no castigo como fundamento da prisão, cuja função é retribuir sofrimento, baseado no cálculo da pena.

⁴¹ *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Negociação fracassa e Alemão será invadido*, p.1

⁴² *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Saiba mais sobre a operação*, p.4

⁴³ *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.5

⁴⁴ *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Negociação fracassa e Alemão será invadido*, p.1

⁴⁵ *Idem Ibidem*

Quanto às mulheres dos traficantes, importa destacar a preocupação da notícia em frisar que elas usavam “sapatos e roupas de grife”. Parece, no nosso entendimento, que a informação procura atribuir um juízo de valor específico à conduta de auferir objetos de luxo. O dinheiro proveniente do tráfico é considerado ainda mais pernicioso quando é empregado para satisfazer desejos de consumo dos criminosos, que nesse ponto em nada se diferenciam dos outros indivíduos. Mas porque isso gera tanta perplexidade na sociedade? Porque essas pessoas não têm o direito de se igualarem ao cidadão comum, não têm a permissão de desejarem uma vida igual à da classe média.

Em resposta aos acontecimentos, o Movimento Lei e Ordem começava a ganhar contornos oficiais, dessa vez por meio do Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. O Estado devia uma satisfação à sociedade para evitar novas ações do tráfico, e as propostas para o recrudescimento da lei representavam, frente à emergência, a forma mais eficaz de as autoridades se redimirem diante dos cidadãos. Nesse sentido, merece ser destacado o *lead* da notícia: “após a *onda de violência* no Rio, o governo federal quer ampliar o isolamento de presos que coordenam ataques do lado de fora das cadeias, além de *acelerar a aprovação de projetos de lei que tipificam o crime organizado e a lavagem de dinheiro*. O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, disse sábado que pediu a elaboração de um estudo para mudar a norma que prevê o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), aumentando o seu rigor”⁴⁶. A justificativa do ministro para essa medida, cuja constitucionalidade é duvidosa e suscita discussão entre juristas⁴⁷, pauta-se na proteção das vítimas potenciais em detrimento das garantias fundamentais dos presos: “em alguns casos, o RDD precisa de prolongar, sim, principalmente quando esse preso, de dentro da cadeia, ameaça a população que está vivendo do lado de fora”. Deste modo, nota-se que o

⁴⁶ *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Ministro quer rigor no isolamento de presos em Regime Disciplinar Diferenciado*, p.5

⁴⁷ Nesse sentido, o penalista Roberto Delmanto, por exemplo, em artigo publicado no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, defende a inconstitucionalidade do RDD, uma vez que a Constituição da República dispõe, no rol dos direitos fundamentais, necessários à dignidade da pessoa humana, que “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (art.5º, III) e que não haverá penas [...] cruéis”(art.5º, XLVII). Isso porque, o RDD é uma medida disciplinar que se caracteriza pelo isolamento do preso em cela individual por um período de até 360 dias, sem assistência religiosa, educacional ou laboral, com direito a duas horas para o banho de sol e a duas visitas por semana. Feita a ressalva, não lhe é permitido qualquer contato com o mundo exterior. A sanção é destinada ao detento que cometa falta grave; que represente um alto risco para o funcionamento do estabelecimento prisional; ou ainda que seja suspeito de participação em organizações criminosas.

simbolismo penal é mais uma vez invocado nos momentos de crise da segurança pública sem se ponderar o colapso que ele pode gerar na sociedade. Nesse diapasão, compartilhamos das ideias de David Garland, segundo o qual, “a decisão sobre como punir ou que tipo de lei penal introduzir podem ser maneiras simbólicas de marcar um bloco político inteiro de valores e opiniões”⁴⁸.

4.3 A hora da paz. E agora? (A pergunta que não quer calar...)

Conforme se notava o enfraquecimento progressivo dos traficantes, provocado pelo cerco implacável das forças de segurança, a população demonstrava estar cada vez mais convicta da vitória, principalmente a classe média, por estar mais afastada da realidade da comunidade. O jornal falava da *corrente do bem* que se espalhava na Internet, em apoio aos policiais e ao governo do estado, representada em sua grande maioria por artistas globais. O otimismo insurgente, exaltado pela mídia como a *Resistência* da sociedade civil, ignorava os possíveis efeitos colaterais para os moradores da favela, pois como já foi dito, não eram tão importantes naquela ocasião. Para os que acompanhavam a situação apenas pelos veículos de comunicação a preocupação era com o final feliz para a cidade, traduzindo-se em mensagens como “Rio, eu te amo!”. Mas, e quanto aos favelados? Estariam eles abrangidos por esta declaração de amor? Se morressem alguns deles? O Rio teria vencido os traficantes e o bem teria triunfado à custa de sangue? A crítica em voga é sobre o caráter simplório dessas manifestações frente à complexidade de uma ação de governo como aquela.

De fato, as autoridades venceram e, para a sorte da comunidade e dos traficantes, sem derramamento de sangue. Aos poucos os homens do tráfico se entregaram e a polícia ocupou os principais pontos da favela. A edição do dia seguinte comemorou o fim da batalha e a força da *corrente do bem*. O título e subtítulo da matéria de abertura eram, respectivamente, “O Rio mostrou que é possível” e “Cidade comemora a libertação do Alemão e a maior vitória sobre o tráfico”⁴⁹. Aqui, destacou-se a importância da ajuda dos moradores através de ligações para o Disque-Denúncia e de outras manifestações de apoio à polícia. A euforia da paz carregava o

⁴⁸ Blog Palavra Plena; Entrevista com o sociólogo David Garland, por Cristina Caldas e Marta Kanashiro; 19/06/2009. Disponível em <<http://palavraplena.typepad.com/acosta/2009/06/entr.html>>. Acesso em 1/07/11

⁴⁹ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. *O Rio mostrou que é possível*, p.1

discurso jornalístico de sensacionalismo. Na capa do caderno especial *A Guerra no Rio*, a foto do blindado dava lugar a policiais armados acompanhados de uma pomba branca em sobrevôo. “A senhora liberdade abriu as asas sobre nós”, dizia a respectiva manchete, em clara referência à carta de uma moradora entregue a uma repórter da Rede Globo no dia anterior, em que agradecia as forças policiais pela ocupação da Vila Cruzeiro, e elogiava “os governantes e toda a força militar”, chamando-os de “nossos guerreiros” e “nossos heróis”. A carta encerrava com o pedido de “Liberdade, abre as asas sobre todos nós dessa nação abençoada por Deus”⁵⁰. Em que pese a intenção louvável da moradora, a mídia a enquadrou de forma ingênua em seu discurso sobre a operação, cujo caráter emocional não cedia espaço para a reflexão mais crítica sobre os rumos da política de segurança do governo.

Isto porque, quando a notícia fala que a “População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem sequer um inocente ferido”⁵¹, presume-se que a ação de combate à violência se resume a incursões em favelas dominadas pelo tráfico e que assim o governo fazia as pazes com a população. Nesse âmbito, é interessante registrar a declaração do secretário de segurança, José Mariano Beltrame, segundo o qual “o Alemão era o coração do mal”⁵². O bem, representado pelo Estado, derrotara o mal, incrustado na figura do traficante. Parece muito cômodo para o Poder Público fundar suas ações nessa dicotomia, reforçada ainda pela promessa do prefeito Eduardo Paes de assinar um decreto, sendo o dia 28 de novembro a data de refundação da cidade⁵³.

Vencida a guerra, chegava a hora de subjugar os perdedores, o que se fez pelo discurso jornalístico temperado de ironia ao ridicularizar os traficantes. Um deles, assassino de Tim Lopes, urinou nas calças ao ser preso⁵⁴; outro foi detido ao tentar fugir com uniforme de matamosquito⁵⁵; tais informações, por sua vez, articularam-se de forma a provar que o pânico agora estava do lado de lá. Nesse momento, eles passaram a ser considerados humanos, visto que sentiam medo como qualquer outro indivíduo. Em contrapartida, o enaltecimento da capacidade

⁵⁰ *O Globo*, 28 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Carta escondida em caixa de fósforo agradece a policiais*, p.6

⁵¹ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *A senhora liberdade abriu as asas sobre nós*, p.1

⁵² *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.1

⁵³ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.1

⁵⁴ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.2

⁵⁵ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.2

da polícia de ocupar o morro em apenas uma hora, sem fazer vítimas, transferia-lhe o poder. Nas palavras publicadas no periódico, foi uma “vitória da estratégia e da inteligência”⁵⁶. Necessário registrar ainda que o jornal traçou “A cronologia de uma batalha vitoriosa”⁵⁷, sistematizando as principais ações do dia da retomada com os exatos horários em que ocorreram, como exemplo: “13:37 – Policiais hasteiam duas bandeiras no topo do Complexo do Alemão: uma da Polícia Civil e outra do Brasil”.

A legitimação da grandeza da operação policial recaiu sobre a certificação do poderio do tráfico na região. Assim, publicou o jornal: “PM: quantidade de drogas e armas apreendidas é a maior da história” e “Secretaria de Segurança estima 40 toneladas de maconha e 50 fuzis”⁵⁸; “Esconderijo com piscina e 3 quartos” e “Chefe do tráfico da Mangueira, Polegar mantinha “casa de veraneio” no Complexo do Alemão”⁵⁹. Com relação a estes dois últimos trechos, descrevia-se a casa do traficante como um triplex luxuoso e bem acabado, com piso de porcelanato e acabamento de cerâmica de primeira linha, que teria impressionado os policiais. Como já nos referimos anteriormente, essa perplexidade só ocorre porque estes criminosos não estariam autorizados a ter aspirações semelhantes à do cidadão comum. Basta pensar se os policiais também ficariam surpresos se, no momento da prisão de um homem de classe média acusado de estelionato, encontrassem artigos luxuosos em sua posse. Provavelmente não, porque ele não é uma aberração. E, afinal, se está obtendo dinheiro de forma ilícita nada mais natural que usá-lo para satisfazer seus desejos, uma vez que isso representa poder.

Ademais, é criticável a ênfase dada nas reportagens ao poder dos criminosos, já que lhe fixa uma identidade, cuja percepção pode se dar de formas distintas, seja perante os seus subordinados através da “admiração”, seja perante a população por meio do medo. Dessa forma, desvia-se o foco das reportagens, que deveriam ser analíticas, para assuntos acessórios com apelo pitoresco. Desqualifica-se o traficante como sujeito de ambições e paixões, ao transformá-lo num personagem asséptico. Assim, ao transformar o criminoso em mito, a mídia atrai a atenção da audiência que acompanha as notícias sobre ele. É como acompanhar os capítulos de uma novela

⁵⁶ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.4

⁵⁷ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *A cronologia de uma batalha vitoriosa*, p.3

⁵⁸ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *PM: quantidade de drogas e armas apreendidas é a maior da história*, p.13

⁵⁹ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Esconderijo com piscina e 3 quartos*, p.8

em que o bandido é o protagonista. Tudo sobre ele passa a ter valor de notícia. Ao mesmo tempo, quanto maior a periculosidade e maior a fama do sujeito, maior será o prestígio do policial que o prender. É o conflito do vilão com o mocinho. Se o policial triunfa, vira herói.

Por fim, cabe mencionar como os discursos desta última edição analisada reforçaram ainda mais o maniqueísmo em torno da ocupação. Neste momento, falava-se num Bem absoluto, quase místico, evidenciado pela liberdade festejada pelos moradores da favela, pelas crianças que brincavam felizes ⁶⁰ e pela recuperação do orgulho dos policiais, que superaram as dificuldades e se tornaram “os guerreiros do Alemão” ⁶¹. Toda esta unidade harmônica parecia se atribuir à neutralização do inimigo, de cujo mal a sociedade se afastara. Assim, acreditou-se que o combate direto do traficante favelado livraria a população do tráfico de drogas e de outros crimes supostamente acessórios a este.

Quando da cobertura da ocupação, muito pouco se falou sobre a necessidade de traçar metas para chegar à raiz do problema. É nítido que a retomada do Complexo foi apenas um paliativo, uma medida anestésica para a questão da violência urbana, mas em meio à excitação de governantes, jornalistas, forças de segurança, moradores e população carioca em geral, não caberia um discurso que tirasse o ‘brilho’ da operação. Sem maiores questionamentos, ao menos àquele momento, o nexos causal entre repressão do Estado e ordem estava atestado. Assim, num desfecho demasiado romântico, o jornal confirmou: “O Rio é nosso!” ⁶². De quem, exatamente? Eis a pergunta que não quer calar.

⁶⁰ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; p.12

⁶¹ *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *Os guerreiros do Alemão*, p.14

⁶² *O Globo*, 29 de novembro de 2010. Caderno Especial “A Guerra no Rio”; *O Rio é nosso!*, p.20

5 - CONCLUSÃO

A partir da análise exposta, é possível afirmar que mídia, sociedade e sistema penal formam um complexo de interesses e demandas que tem como objeto o crime e o criminoso. No mundo pós-moderno, as relações entre estes agentes sociais se estreitaram para discutir o futuro da segurança pública em meio às modificações na utilização do espaço urbano, em especial a proximidade entre ricos e pobres, provocada pela expansão das favelas. A esse respeito, devemos frisar que a territorialização dos morros cariocas pelo tráfico de drogas teve indiscutível relevância na (re)organização da vida urbana. Nesse sentido, o problema da insegurança passou a ser uma preocupação de todas as classes sociais: da classe média do asfalto, ameaçada pela proximidade dos “focos violentos”; e dos favelados, encurralados entre o domínio paralelo do tráfico e a presença deficiente do Estado, representada pelas “visitas” da polícia que eventualmente também lhes oprimia.

De fato, consolidou-se uma rede capilarizada de respostas e/ou soluções informais da sociedade para a criminalidade. A autoproteção, pela qual o cidadão se priva de certas atividades e de ir a certos lugares, é uma dentre as várias maneiras de evitar a vitimização. A contratação de segurança privada e de apetrechos destinados a fortalecê-la são outras medidas suplementares contra a violência que adquirem notoriedade no mercado. E, ainda, pode-se falar da ocupação da mídia com a discussão de fatos que deveriam se limitar à competência jurídica ou administrativa, além da sua ingerência direta no julgamento de criminosos, atuando como uma instância julgadora autônoma. Compartilhadas pela coletividade, essas práticas ganham a dimensão de um sistema peculiar de reação à violência urbana, legitimado pelo discurso da vitimização e da crise do Estado. Daí concordarmos com a institucionalização da experiência coletiva do crime.

Os efeitos desse processo recaem sobre o próprio funcionamento das políticas públicas, motivadas pelo imperativo da lei e da ordem. O que parece importar na relação clientelista entre governados e governantes, é a preservação dos negócios de cada um, cuja rotina não deve ser perturbada. De fato, se as penas mais duras violentam direitos fundamentais dos criminosos ou demonstram falta de compromisso com a reinserção destes na vida social, pouco se discute seu potencial nocivo. Na sociedade globalizada, em que não se pode perder tempo e os resultados devem ser imediatos, a regra é a neutralização das irregularidades. Para justificar isso, ousamos salientar a estratégia de desumanizar os indivíduos desviantes, melhor ainda, de criar uma categoria para os criminosos. Assim, basta o sujeito apresentar certos requisitos para ser

enquadrado na classificação genérica de bandido, vagabundo, criminoso. Isto porque, ao longo da pesquisa e das reflexões sobre as matérias publicadas durante a semana da invasão à Vila Cruzeiro e ao Morro do Alemão, percebemos que não há preocupação em particularizar o traficante ou em enxergá-lo através de circunstâncias específicas. O que se sugere é que criminosos serão sempre opressores, em qualquer ocasião; e que vítimas serão sempre oprimidas, nunca o contrário. A vítima tem direito à individualização, à contextualização; o bandido não. Este aparece na narrativa como ser desprovido de motivações, perturbações, passado e família. Surge, então, a dicotomia do cidadão de bem e do não-cidadão, aquele que rompe com a ordem formal. Desse modo, entende-se que o argumento basilar para justificar as respostas sociais ao crime repousa nesse maniqueísmo. Conclui-se que a mídia e a população em geral passam a interpretar os problemas urbanos a partir desses pressupostos classificatórios. Há, na maioria dos discursos, a articulação de conceitos opostos para se referir a um ou outro: formal e informal; ordem e desordem; segurança e insegurança; vítima e agressor; lei e crime, etc. Essa leitura acaba por fadar as discussões à superficialidade e ao imediatismo.

O que se comprova, nesse sentido, é que as noções de violência urbana, risco, sofrimento evitável, vítima virtual, medo do crime, dentre outras incorporadas à pesquisa prática, cumprem, ao menos em parte, à finalidade de tornar inteligível cada uma dessas facetas do complexo de ações sociais referentes à criminalidade. Possibilitam também a sua problematização e reforçam a necessidade de os governantes buscarem novas maneiras de lidar com a demanda por segurança pública. No que tange às políticas criminais, concluímos que a tendência ao punitivismo pode suprimir o debate acerca de questões humanitárias, imprescindíveis na criminologia, principalmente quando a violência se concentra nos bolsões de pobreza. Não é exagero afirmar que o movimento de recrudescimento de leis penais fere o princípio da igualdade, uma vez que seu efeito seria mais devastador entre a população pobre, vez que esta tem menos recursos para contratar bons advogados. A justiça pela qual clamam os jornais e as vítimas da violência, ao se deduzir da operação lógica crime e castigo, compromete o debate sobre soluções não-penais para um tratamento ético do crime. Não se trata de defender a impunidade, pois entendemos que toda sociedade necessita de regras penais para manter o mínimo de organização, mas de reconhecer que há outros meios de se fazer justiça, no seu verdadeiro e mais amplo sentido, que é a justiça social.

6 – BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Layne. **O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro**. In: Revista Contemporânea, ed.14, vol.8, 2010. p.34- 45

BATISTA, NILO. **Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio**. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, edição 43, Editora Revista dos Tribunais

CABETTE, Eduardo Luiz Santos; LOBERTO, Eduardo de Camargo. **O direito penal do inimigo. Günther Jakobs**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1747, 13 abr. 2008. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/11142>. Acesso em: 2 jun. 2011.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Figuring crime: Quantifacts and the production of the un/real**. Public Culture, 18(1), 2006, 209-246

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Fórum, 7. ed., 2011

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio; LEITE, Márcia Pereira. **VIOLÊNCIA, CRIME E POLÍCIA: o que os favelados dizem quando falam desses temas?** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. **Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta**. Sociedade e Estado, n.2, p. 492-511, 1995

MISSE, Michel; LIMA, Roberto Kant de; MIRANDA, Ana Paula M. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.50: 45-123, 2. sem. 2000.

PRATT, John; CLARK, Marie; **Penal populism in New Zealand**. Victoria University of Wellington, New Zealand. Punishment and Society, v.7, 2005

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2007.

SANTANA, Vinicius dos Santos. **Do tráfico à milícia: a territorialização de grupos armados na cidade do Rio de Janeiro**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/37049013/Do-traffic-a-milicia>>. Acesso em: 5/06/11.

UPPs: Pacificação ou controle autoritário? Comunidade Segura: rede de ideias e práticas em segurança humana. Entrevista com Luiz Antonio Machado da Silva. Disponível em: <<http://www.comunidadesegura.org/pt-br/MATERIA-upps-pacificacao-ou-controle-autoritario>>. Acesso em 30/05/11

VAZ, Paulo; CARVALHO, Carolina Sá; POMBO, Mariana Ferreira. **A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime**. Revista FAMECOS, v. 30, p. 71-80, 2006.

VAZ, Paulo; LISSOVSKY, Maurício; PECLY, Guilherme; FANTINATO, Maria; POMBO, Mariana. **Mídia, formação da opinião pública e voto popular: as narrativas de crime na TV e o referendo sobre o comércio de armas**. E-Compós (Brasília), v. 8, p. 1-22, 2007

VAZ, Paulo; CARVALHO, Carolina Sá; POMBO, Mariana. **Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes**. E-Compós (Brasília), Eletrônica, v. 4, p. 1-22, 2005.

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; CARVALHO, Carolina Sá. **Vítima virtual e medo do crime no Rio de Janeiro**. Trajectos Revista de Comunicação Cultura e Educação, Lisboa, v. 7, n. 7, p. 95-106, 2005.

VAZ, Paulo; LISSOVSKY, Maurício. **Notícias de crime e formação da opinião pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil**. Logos (Rio de Janeiro), v. 27, p. 89-107, 2007

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; JULIÃO, Luciana; CARVALHO, Carolina Sá. **Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime**. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 7, n. 2, p. 95-103, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. A onda punitiva**. Coleção Pensamento Criminológico nº6. Co-edição: Instituto Carioca de Criminologia 3ª edição – revista e ampliada, 2007

Jornal O Globo: 22/11/2010, Caderno “Rio”, p.10, p.13; 23/11/2010, Caderno “Rio”, p. 18; 24/11/2010, Caderno “Rio”, p.17, p.19; 25/11/2010, Caderno “Rio”, p.1, p.16; 26/11/2010, p.1, Caderno Especial “A Guerra no Rio”, p.1-10, p.14-16; 27/11/2010, p.1, Caderno “Rio”, p.19, p.22-24, p.26, p.31-34; 28/11/2010, p.1, Caderno Especial “A Guerra no Rio”, p.1-7, p.10; 29/11/2010, p.1, Caderno Especial “A Guerra no Rio”, p.1, p.3-14, p.16, p.20.